
**COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS –
COTEMINAS**

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76
NIRE 3130003731-2

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

29 de março de 2018

Assembleia Geral Ordinária

30 de abril de 2018

ÍNDICE

I. Em Assembleia Geral Ordinária	3
II. Anexo I: Item 10 do Formulário de Referência – Comentários dos diretores	5
III. Anexo II: Anexo 9-1-II da Instrução CVM no 481/09	27
IV. Anexo III: Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência – Eleição dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.....	34
V. Anexo IV: Item 13 do Formulário de referência – Remuneração dos Administradores	46
VI. Edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária.....	57

COMPANHIA TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76

NIRE 31.3.003.731.2

Companhia Aberta

Senhores acionistas,

Apresentamos, a seguir a proposta da administração acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada às 12:00 horas do dia 30 de abril de 2018, em sua sede social à Av. Lincoln Alves dos Santos, nº 955, Distrito Industrial, na cidade de Montes Claros-MG.

- a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.*

A Administração propõe que sejam aprovadas, sem reservas, as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, conforme divulgadas em 29 de março de 2018, nos websites da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da B3 – B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, nestes dois últimos através do Sistema Empresas Net.

Nos termos do inciso III do artigo 9º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“ICVM 481”), as informações dispostas no Anexo I à presente proposta refletem nossos comentários sobre a situação financeira da Companhia.

- b) Examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017;*

No Anexo II, apresentamos o Anexo 9-1-II da Instrução CVM no 481/09

Segundo o artigo 189 da Lei no 6.404/76, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto sobre a renda serão deduzidos do resultado do exercício. Desta forma, o prejuízo acumulado da Companhia foi deduzido do resultado líquido do exercício de 2017. No final do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o prejuízo acumulado era igual a R\$ 216,3 milhões.

- c) Definir o número e eleger os membros que irão compor o Conselho de Administração, e estabelecer o limite da remuneração dos administradores da Companhia.*

Nos termos do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por no mínimo 7 (sete) e no máximo 12 (doze) membros, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral com mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Assim sendo, a Administração recomenda a eleição de 7 (sete) membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, número que já vem sendo praticado pela Companhia.

A Administração propõe que sejam eleitos, para o Conselho de Administração da Companhia, com mandato a se encerrar na assembleia geral ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social de 2018, as pessoas indicadas no Anexo III, o qual foi preparado nos termos do artigo 10 da ICVM 481.

As informações necessárias para a devida análise da proposta da remuneração dos administradores, conforme estabelecido pelo artigo 12 da ICVM 481, encontram-se disposta no Anexo IV a esta proposta, notadamente nos itens 1 a 4. Propomos que a remuneração global e anual dos administradores e do Conselho Fiscal a ser paga, seja fixada no montante de até R\$ 3.000.000,00.

Informamos, ainda, que na assembleia geral ordinária realizada em 31/05/2017, foi aprovado um limite global e anual de remuneração dos administradores no valor de até R\$2.756.000,00, tendo sido efetivamente realizado o valor total de R\$ 1.678836,00.

d) Eleger os membros do Conselho Fiscal e fixar sua remuneração.

A Administração propõe que sejam eleitos, para o Conselho Fiscal da Companhia, com mandato a se encerrar na assembleia geral ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social de 2018, as pessoas indicadas no Anexo III, o qual foi preparado nos termos do artigo 10 da ICVM 481.

As informações necessárias para a devida análise da proposta da remuneração dos membros do conselho fiscal, conforme estabelecido pelo artigo 12 da ICVM 481, encontram-se disposta no Anexo IV a esta proposta, notadamente nos itens 1 a 4. Propomos que a remuneração global dos membros efetivos a ser paga, seja fixada no montante anual de até R\$ 249.230,77, já considerado na remuneração global e anual dos administradores e do Conselho Fiscal, mencionada acima.

Montes Claros-MG, 29 de março de 2018.

A Administração
Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS

**COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS –
COTEMINAS**

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76
NIRE 31.3.003.731.2

ANEXO I

Item 10 do Formulário de Referência – Comentários dos diretores

COMPANHIA TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76

NIRE 31.3.003.731.2

Companhia Aberta

Informações requeridas pelo artigo 9º, inciso III da Instrução CVM nº 481/2009.

IDENTIFICAÇÃO	Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS, companhia aberta de capital autorizado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 22.677.520/0001-76, com atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 31.3.003.731.2.
REGISTRO NA CVM	n.º 00315-8
SEDE	Av. Lincoln Alves dos Santos, 955, Distrito Industrial, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.
DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES ATENDIMENTO AOS ACIONISTAS	João Batista da Cunha Bomfim Telefone (11) 2145-4412 Fax (11) 2145-4583 e-mail: joao.bomfim@coteminas.com.br
AUDITORES INDEPENDENTES	BDO RCS Auditores Independentes.
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	CTNM3 e CTNM4
JORNAIS NOS QUAIS DIVULGA INFORMAÇÕES	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e Jornal de Notícias – Montes Claros, MG.

10 COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo e seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para cobrir sua necessidade de recursos de curto e médio prazo.

Na tabela a seguir são apresentados alguns itens que melhor demonstram as condições financeiras e patrimoniais da Companhia:

Em R\$ milhões	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Indicadores de liquidez			
Total do ativo circulante	1.565,1	1.575,4	1.777,9
Total do passivo circulante	1.097,0	1.120,9	1.109,7
<i>Índice de liquidez corrente</i>	<i>1,4</i>	<i>1,4</i>	<i>1,6</i>
<hr/>			
Total do ativo circulante + realizável a longo prazo	2.096,9	2.101,6	2.130,4
Total do passivo circulante + passivo não circulante	2.057,5	2.025,2	1.829,3
<i>Índice de liquidez geral</i>	<i>1,0</i>	<i>1,0</i>	<i>1,2</i>
<hr/>			
Indicadores de endividamento			
Total da dívida líquida	1.115,4	1.079,2	929,2
Patrimônio líquido	1.482,0	1.313,6	1.499,7
<i>Índice de endividamento</i>	<i>75%</i>	<i>82%</i>	<i>62%</i>

Em 31 de dezembro de 2017, a liquidez corrente da Companhia foi de 1,4x, representada pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante, igual ao valor registrado em 31 de dezembro de 2016.

A liquidez geral, medida pela divisão da soma do ativo circulante e do realizável a longo prazo pelo passivo total da Companhia, foi de 1,0x em 31 de dezembro de 2017 igual ao valor registrado em 31 de dezembro de 2016.

O saldo do endividamento líquido era de R\$ 1.115,4 milhões e representava 75% do patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2017. O caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 298,5 milhões no final do exercício de 2017, com aumento de 3,0% em relação aos R\$ 289,9 milhões, em 31 de dezembro de 2016, provenientes, principalmente, de atividade de financiamento.

Em 31 de dezembro de 2016, a liquidez corrente da Companhia foi de 1,4x, representada pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante, ante 1,6x em 31 de dezembro de 2015, impactado, principalmente, pela redução e estoque e transferência de investimentos equivalente de caixa do ativo circulante para ativo não circulante.

A liquidez geral, medida pela divisão da soma do ativo circulante e do realizável a longo prazo pelo passivo total da Companhia, foi de 1,0x em 31 de dezembro de 2016, ante 1,2x em 31 de dezembro de 2015, devido, principalmente, a ampliação do passivo não circulante.

O saldo do endividamento líquido era de R\$ 1.079,2 milhões e representava 82% do patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2016. O caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 289,9 milhões no final do exercício

de 2016, com aumento de 2,8% em relação aos R\$ 282,1 milhões, em 31 de dezembro de 2015, provenientes, principalmente, de atividade de financiamento.

b. Estrutura de capital

A tabela a seguir apresenta a descrição da estrutura de capital referente aos três últimos exercícios sociais:

Em R\$ milhões	Em 31 de dezembro de					
	2017	AV (%)	2016	AV (%)	2015	AV (%)
Capital de terceiros - circulante	1.097,0	31,0%	1.120,9	33,6%	1.109,7	33,3%
Capital de terceiros – não circulante	960,5	27,1%	904,4	27,1%	719,6	21,6%
<i>Capital de terceiros – Total</i>	<i>2.057,5</i>	<i>58,1%</i>	<i>2.025,2</i>	<i>60,7%</i>	<i>1.829,3</i>	<i>55,0%</i>
Capital próprio – Patrimônio Líquido	1.482,0	41,9%	1.313,6	39,3%	1.499,7	45,0%
Total	3.539,5	100,0%	3.338,9	100,0%	3.329,0	100,0%

De acordo com o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2017, a sua estrutura de capital era 41,9% capital próprio, medido pelo patrimônio líquido, e 58,1% capital de terceiros, medido pelo passivo total.

De acordo com o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2016, a sua estrutura de capital era 39,3% capital próprio, medido pelo patrimônio líquido, e 60,7% capital de terceiros, medido pelo passivo total.

De acordo com o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2015, a sua estrutura de capital era 45,0% capital próprio, medido pelo patrimônio líquido, e 55,0% capital de terceiros, medido pelo passivo total.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem cumprido todas as suas obrigações referentes a seus compromissos financeiros, até a data deste documento, bem como mantido a assiduidade dos pagamentos desses compromissos.

A Diretoria entende que o nível de liquidez da Companhia, associada a sua geração de caixa operacional, é compatível com seus investimentos, despesas, serviços das dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos.

A tabela a seguir apresenta o endividamento líquido da Companhia referente aos três últimos exercícios sociais:

Em R\$ milhões	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Empréstimos e financiamentos	1.365,3	1.234,1	943,0
Debêntures	48,6	135,0	268,3
<i>Total da Dívida</i>	<i>1.413,9</i>	<i>1.369,1</i>	<i>1.211,4</i>
Caixa e equivalentes de caixa	(172,0)	(183,4)	(193,7)
Títulos e valores mobiliários	(126,5)	(106,5)	(68,6)
Instrumentos financeiros	-	-	(19,9)
Total do (caixa) dívida líquida	1.115,4	1.079,2	929,2

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os investimentos da Companhia em ativos não-circulantes e capital de giro são financiados por sua própria geração de caixa operacional e por capital de terceiros, mediante a contratação de novos empréstimos e/ou a

emissão de títulos e valores mobiliários representativos de dívida, tais como debêntures e Certificados Recebíveis do Agronegócio (“CRA”).

Em 2017, a Companhia obteve financiamentos junto a instituições financeiras com o objetivo de renovar dívidas vencidas e alongar seu perfil da dívida. A sua controlada Coteminas S.A. efetuou o pagamento da segunda parcela de amortização, de R\$ 135 milhões, de debêntures não conversíveis em ações, emitida em 30 de maio de 2014, e posteriormente vinculada à emissão de Certificados Recebíveis do Agronegócio (“CRA”), e emitiu, em 12 de junho de 2017, R\$ 50 milhões em novas debêntures não conversíveis em ações, que foi posteriormente vinculada à emissão de CRA, com remuneração e garantias idênticas às da Debênture que lhe dá lastro. O valor nominal será amortizado em quatro parcelas semestrais, a partir de dezoito meses de sua emissão, e os juros pagos semestralmente corresponderão a 110% da variação acumulada da taxa de juros do CDI.

Em 2016, a Companhia obteve financiamentos junto a instituições financeiras com o objetivo de alongar seu perfil da dívida.

Em 2015, a Companhia obteve financiamentos junto a instituições financeiras com o objetivo de alongar seu perfil da dívida.

A tabela a seguir apresenta as fontes de financiamento da Companhia referente aos três últimos exercícios sociais:

Em R\$ milhões	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
Empréstimos e financiamentos - Total	1.365,3	1.234,1	943,0
Circulante	706,6	626,1	629,9
Não circulante	658,7	608,0	313,1
Debêntures - Total	48,6	135,0	268,3
Circulante	12,0	135,0	134,5
Não circulante	36,6	-	133,8

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em 2018, a Companhia pretende contratar novos financiamentos junto a instituições financeiras com o objetivo de alongar seu perfil da dívida.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

i. Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

A seguir, apresentamos a posição dos empréstimos e financiamentos da Companhia, com instituições financeiras, no final dos últimos três exercícios sociais:

Em R\$ mil	Moeda	Taxa anual de juros - %	Em 31 de dezembro de		
			2017	2016	2015
Moeda nacional:					
BNDES	R\$	2,5 a 9,5	6.531	9.385	21.726
Banco do Brasil S.A.	R\$	128,7 a 157,8 do CDI / 9,9 a 10,6	545.676	526.590	484.159
Banco Santander S.A.	R\$	129,9 do CDI / 8,0	-	65.491	71.944
Banco Votorantim S.A.	R\$	110,0 e 115,0 do CDI	81.461	41.730	41.589
Banco Itaú BBA S.A. (a)	R\$	132,0 do CDI	101.012	104.237	105.341

Banco Bradesco S.A.	R\$	135,0 a 137,5 do CDI e 4,42 a 5,0 + CDI	42.658	54.176	46.959
Banco ABC S.A.	R\$	124,0 do CDI	-	-	7.412
Banco ABC Brasil S.A.	R\$	4,4 a 4,6 + CDI	80.240	-	-
Banco BBM S.A.	R\$	149,0 do CDI	49.311	20.153	-
BDMG	R\$	CDI + 7,3	17.731	16.632	-
Banco Fibra - CCE	R\$	15,8	13.775	-	-
Outros	R\$	-	64	66	81
			938.459	838.460	779.211
Moeda estrangeira:					
Wells Fargo Bank N.A.	US\$ e CAD\$	2,9 e 5,03	105.869	147.319	-
Deutsche Bank (Securitização)	US\$ e CAD\$	Libor+2,25	-	-	66.422
Banco Francês	\$ARG	28	2.797	3.159	-
Banco Patagonia	\$ARG	24,3 e 28,0	30.047	19.574	1.032
Banco Rio - Cerrito	\$ARG	31,5	2.898	-	-
Banco Santander S.A.	US\$	89,0 a 118,8 do CDI	170.956	115.403	27.869
JP Morgan	US\$	Libor+0,85	25.155	20.804	22.732
Banco Industrial do Brasil	US\$	7,7	27.144	32.985	-
Banco ABC S.A.	US\$	4,2	-	-	14.420
Banco do Brasil S.A.	US\$	6,8 e 6,9	61.977	56.423	31.339
			426.843	395.667	163.814
Total			1.365.302	1.234.127	943.025

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de Montes Claros, gravados em 1º grau, além de fiança da Companhia e seus controladores; e (ii) por avais e garantias bancárias para os demais financiamentos.

A seguir, apresentamos a posição das debêntures da Companhia, no final dos últimos três exercícios sociais:

Em R\$ milhões				Circulante			Não Circulante		
Ano de Emissão	Valor de emissão	Vencimento	Encargos anuais (%)	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
2017	50,0	2018-2020	110% do CDI	12,0	-	-	36,6	-	-
2014	270,0	2016-2017	110% do CDI	135,0	135,0	134,5	-	-	133,8

As garantias das debêntures, incluem garantias real e fidejussória, com fiança prestada pela controlada Springs Global Participações S.A.. Os imóveis da controlada indireta Coteminas S.A., cujo valor de avaliação é superior a 200% do valor de emissão dos CRA, são utilizados como garantia real. A qualquer momento, poderão ser alienados um ou mais imóveis a critério da controlada indireta Coteminas S.A. com a anuência dos titulares dos CRA, desde que: (i) tal alienação não diminua a razão de 200% de garantia das obrigações garantidas junto aos titulares dos CRA; e (ii) a controlada indireta Coteminas S.A. use o valor líquido dos imóveis alienados para amortização de financiamentos bancários.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas contratadas pela Companhia são classificadas em dois graus de subordinação:

- a) Quirografárias: sem garantias (títulos de crédito em geral)
- b) Privilegiadas: com garantias reais (penhor e hipoteca)

Em 31 de dezembro de 2017, do total de R\$ 1.413,9 milhões de endividamento, dos quais R\$ 1.027,6 milhões são classificados como quirografários e R\$ 386,3 milhões possuem garantia real. Os empréstimos são garantidos por (i) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de Montes Claros, gravados em 1º grau, além de fiança do controlador, e (ii) por avais e garantias bancárias.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Além de cláusulas usuais de vencimento antecipado, a controlada Springs Participações S.A. comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: (i) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,00 (quatro inteiros); (ii) razão entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido, igual ou inferior a 0,7 (sete décimos); e (iii) razão entre EBITDA Ajustado e Juros, igual ou superior a 2 (dois inteiros). Os índices previstos acima estão previstos para todo o período do contrato e sua medição ocorre semestralmente a partir de dezembro de 2017. Os termos utilizados para descrever os índices tem sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis. Em 31 de dezembro de 2017, todos os índices acima foram cumpridos.

Em 2016, a controlada indireta Springs Global US, Inc obteve uma linha de crédito rotativo que limita determinadas atividades da mesma como venda de ativos e a contratação de novos empréstimos.

Em 2016, alguns contratos da controlada indireta Coteminas S.A. foram repactuados com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 4,0 vezes em 2017; 3,5 vezes em 2018; 3,0 vezes em 2019, em seu balanço consolidado.

Não há restrição imposta ao emissor, Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui contratos que estabeleçam limites para sua utilização.

Em 2016, a controlada Springs Global US, Inc obteve uma linha de crédito rotativo no valor de US\$ 63,6 milhões.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

De acordo com as políticas contábeis em vigor adotadas no Brasil, a receita reportada na demonstração do resultado deve incluir somente os ingressos brutos dos benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia, quando originários de suas próprias atividades. As quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre valor adicionado – não geram benefícios para a Companhia e não resultam em aumento do patrimônio líquido e, portanto, são excluídos da receita. Desta forma, os comentários abaixo relativos às variações entre os resultados dos últimos três exercícios são referentes somente à receita líquida, e não à receita bruta.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Em R\$ milhões	2017	AV	AH	2016	AV	AH	2015	AV	AH
		(%)	(%)		(%)	(%)		(%)	(%)
Receita operacional líquida	2.577,7	100,0%	(3,1%)	2.658,9	100,0%	3,1%	2.577,9	100,0%	5,2%
Custo dos produtos vendidos	(1.908,0)	(74,0%)	(3,6%)	(1.978,3)	(74,4%)	3,0%	(1.921,3)	(74,5%)	4,8%
Lucro bruto	669,8	26,0%	(1,6%)	680,5	25,6%	3,7%	656,5	25,5%	6,5%

Despesas com vendas, gerais e administrativas	(485,8)	(18,8%)	(2,2%)	(496,4)	(18,7%)	(5,9%)	(527,6)	(20,5%)	1,2%
Despesas com vendas	(306,2)	(11,9%)	(2,1%)	(312,7)	(11,8%)	(4,6%)	(327,9)	(12,7%)	(3,5%)
Despesas gerais e administrativas	(179,6)	(7,0%)	(2,3%)	(183,7)	(6,9%)	(8,0%)	(199,7)	(7,7%)	10,1%
Varição do valor justo de propriedades para investimentos	46,9	1,8%	n.a.	-	0,0%	n.a.	-	0,0%	na.
Outras, líquidas	15,4	0,6%	n.a.	(8,9)	(0,3%)	n.a.	(18,9)	(0,7%)	n.a.
Equivalência patrimonial	25,1	1,0%	n.a.	(101,8)	(3,8%)	n.a.	(73,5)	(2,9%)	n.a.
Provisão para desvalorização de ativos	-	0,0%	n.a.	(19,1)	(0,7%)	n.a.	-	0,0%	n.a.
Resultado operacional	271,4	10,5%	400,9%	54,2	2,0%	48,5%	36,5	1,4%	(18,7%)
Resultado financeiro	(213,9)	(8,3%)	(17,4%)	(258,9)	(9,7%)	146,1%	(105,2)	(4,1%)	(26,2%)
Resultado antes dos impostos	57,5	2,2%	n.a.	(204,7)	-7,7%	n.a.	(68,7)	(2,7%)	n.a.
IR e CSSL	11,5	0,4%	n.a.	60,3	2,3%	n.a.	(7,5)	(0,3%)	n.a.
Lucro (Prejuízo) Líquido	69,0	2,7%	n.a.	(144,5)	-5,4%	n.a.	(76,2)	(3,0%)	n.a.

(1) Análise vertical, que consiste em percentual sobre o total de receita líquida de vendas e serviços.

(2) Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do demonstrativo de resultados entre o exercício social indicado e o anterior.

Resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Receita Líquida de Vendas e Serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a receita líquida consolidada da Companhia atingiu R\$ 2.577,7 milhões. Em relação ao exercício de 2016, houve redução de R\$ 81,1 milhões, ou 3,1%, negativamente impactada por menores volumes de venda e por menor preço médio, em Reais, de produtos da linha *utility bedding*. A análise dos diretores da Companhia quanto aos fatores que levaram a estas alterações é apresentada a seguir.

A receita líquida do segmento de negócio América do Sul - Atacado alcançou R\$ 1.161,3 milhões em 2017, excluindo receita intracompanhia, com aumento de 6,2% em relação a 2016, devido, principalmente, à ampliação de vendas de intermediários.

A receita líquida do segmento de negócio América do Sul - Varejo atingiu R\$ 252,8 milhões em 2017, em linha com a registrada em 2016, sendo as conversões de lojas próprias para franquias compensadas pelo maior número de lojas entre anos.

A receita líquida do segmento de negócio América do Norte - Atacado alcançou R\$ 784,6 milhões em 2017, com redução de 18,7% em relação à de 2016, sendo negativamente impactada pela valorização de 7,7% do Real em relação do dólar na tradução das vendas norte-americanas e pela alteração de política de reposição e de disposição de produtos de cliente relevante, que comprometeu de forma pontual, o nível de venda dos produtos de nossa categoria.

Custos dos produtos vendidos e despesas gerais e administrativas

O custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$ 1.908,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, com redução de 3,6% em relação aos R\$ 1.978,3 milhões registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e representando 74,0% da receita líquida em 2017, ante 74,4% da receita líquida em 2016.

As despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A) somaram R\$ 485,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, equivalentes a 18,8% da receita líquida, contra 18,7% no ano anterior.

Varição do valor justo de propriedades para investimento

Em 2017, consolidamos o projeto de locação no terreno localizado em São Gonçalo do Amarante, RN. A área disponível para locação totaliza mais de 300,0 mil m², dos quais 50,0 mil m² já foram arrendados e vários outros contratos estão em negociação. Realizamos nova avaliação deste imóvel, onde o valor justo apurado foi igual a R\$ 211,2 milhões. A diferença positiva entre o valor justo do imóvel em 2016 e o valor justo apurado em 2017, foi registrada no resultado, na rubrica de "Varição do valor justo de propriedades

para investimentos”. Os efeitos de impostos no valor de R\$ 6,1 milhões estão registrados na rubrica de impostos diferidos.

Outras (Despesas) e Receitas Operacionais Líquidas

Outras receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 somaram R\$ 15,4 milhões, ante outras despesas de R\$ 8,9 milhões registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Em 2017, consolidamos o projeto de locação no terreno localizado em São Gonçalo do Amarante, RN. A área disponível para locação totaliza mais de 300,0 mil m², dos quais 50,0 mil m² já foram arrendados e vários outros contratos estão em negociação. Realizamos nova avaliação deste imóvel, onde o valor justo apurado foi igual a R\$ 211,2 milhões. Em 2017, os valores de receita por arrendamento somaram R\$ 1,7 milhão, inclusos na rubrica “Outras, líquidas” na demonstração do resultado.

Equivalência Patrimonial

Equivalência Patrimonial no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 totalizou valor positivo de R\$ 25,1 milhões, ante valor negativo de R\$ 101,8 milhões registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Provisão para desvalorização de ativos

Não houve provisão para desvalorização de ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Lucro Bruto e Resultado Operacional

O lucro bruto totalizou R\$ 669,8 milhões em 2017, com margem bruta de 26,0%. Houve redução do lucro bruto de 1,6%, com expansão de 0,4 p.p. da margem bruta.

O resultado operacional antes do resultado financeiro passou de R\$ 54,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 271,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, aumento de R\$ 217,2 milhões. A ampliação deve-se principalmente a maiores valores de equivalência patrimonial e às variações do valor justo de propriedades para investimento e da provisão para desvalorização de ativos. O lucro operacional representou 10,5% da receita líquida em 31 de dezembro de 2017, em comparação com 2,0% da receita líquida em 31 de dezembro de 2016.

Resultado Financeiro

A despesa financeira líquida passou de R\$ 258,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 213,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de R\$ 45,0 milhões, devido principalmente (i) a variação de R\$ 25,9 milhões entre os saldos das variações cambiais líquidas, e (ii) a redução de R\$ 23,8 milhões das despesas financeiras – juros e encargos.

Imposto de renda e contribuição social

Em atendimento às normas contábeis, foi reconhecido impacto fiscal sobre os prejuízos acumulados, com provisão de R\$ 27,5 milhões em 2017 de imposto diferido, sem efeito caixa, referente à unidade de negócio América do Norte – Atacado.

Deste modo, a Companhia obteve valor positivo de R\$ 11,5 milhões em imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, ante valor positivo de R\$ 60,3 milhões em imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, uma redução de R\$ 48,7 milhões.

Lucro (prejuízo) do exercício

O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 alcançou R\$ 69,0 milhões, ante prejuízo líquido de R\$ 144,5 milhões do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, com ampliação de R\$ 213,5 milhões, que é explicado pela ampliação de equivalência patrimonial, pelas variações do valor justo de propriedades para investimento e da provisão para desvalorização de ativos e pela melhoria do resultado financeiro, parcialmente compensados pela menor provisão de impostos diferidos.

Resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Receita Líquida de Vendas e Serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a receita líquida consolidada da Companhia atingiu R\$ 2.658,9 milhões. Em relação ao exercício de 2015, houve ampliação de R\$ 81,0 milhões, ou 3,1%. Este aumento provém principalmente positivamente impactada por maiores volumes de venda. A análise dos diretores da Companhia quanto aos fatores que levaram a estas alterações é apresentada a seguir.

A receita líquida do segmento de negócio América do Sul - Atacado alcançou R\$ 1.094,0 milhões em 2016, excluindo receita intracompanhia, 1,5% superior à de 2015, devido, principalmente, à ampliação de vendas de intermediários.

A receita líquida do segmento de negócio América do Sul - Varejo atingiu R\$ 252,1 milhões em 2016, com redução de 5,0% em relação à de 2015, negativamente impactada pelo menor número de lojas e pela conversão de seis lojas próprias em franquias em 2016.

A receita líquida do segmento de negócio América do Sul - Brins alcançou R\$ 376,6 milhões em 2016, 10,9% superior à de 2015.

A receita líquida do segmento de negócio América do Norte - Atacado alcançou R\$ 965,2 milhões em 2016, com crescimento de 4,5% em relação à de 2015.

Custos dos produtos vendidos e despesas gerais e administrativas

O custo dos produtos vendidos (CPV) foi de R\$ 1.978,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, com aumento de 3,0% em relação aos R\$ 1.921,3 milhões registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e representando 74,4% da receita líquida em 2016, ante 74,5% da receita líquida em 2015.

As despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A) somaram R\$ 505,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, equivalentes a 19,0% da receita líquida, contra 21,2% no ano anterior.

Equivalência Patrimonial

Equivalência Patrimonial no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 totalizou valor negativo de R\$ 101,8 milhões, ante valor negativo de R\$ 73,5 milhões registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Provisão para desvalorização de ativos

Em 2016, realizamos a reavaliação das nossas Cessões de Direito de Uso (CDU) de nossas lojas próprias em shoppings em 2016, de forma a ajustar os preços dos nossos pontos de venda à nova realidade do mercado imobiliário brasileiro e, conseqüentemente, facilitar as negociações de transferência de lojas próprias para franqueados. A diferença de valores entre os preços contábeis e os de mercado da avaliação resultou em provisão de R\$ 19,1 milhões para desvalorização de ativo, no ano de 2016, sem efeito caixa, porém com efeito negativo no resultado operacional e no resultado líquido do período.

Lucro Bruto e Resultado Operacional

O lucro bruto totalizou R\$ 680,5 milhões em 2016, com margem bruta de 25,6%. Houve ampliação do lucro bruto de 3,7%, impulsionada pelo aumento da receita e pela expansão de 0,1 p.p. da margem bruta.

O resultado operacional antes do resultado financeiro passou de R\$ 36,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 54,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, aumento de R\$ 17,1 milhões, ou 48,5%. A ampliação deve-se principalmente aos menores valores de despesas com vendas, gerais e administrativas e ao aumento do lucro bruto, que mais que compensou os menores valores de equivalência patrimonial e a provisão para desvalorização de ativos. O lucro operacional representou 2,0% da receita líquida em 31 de dezembro de 2016, em comparação com 1,4% da receita líquida em 31 de dezembro de 2015.

Resultado Financeiro

A despesa financeira líquida passou de R\$ 105,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 258,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando uma ampliação de R\$ 153,7 milhões, devido principalmente (i) a variação de R\$ 135,2 milhões entre os saldos das variações cambiais líquidas, e (ii) a ampliação de R\$ 23,1 milhões das despesas financeiras – juros e encargos.

Imposto de renda e contribuição social

Em atendimento às normas contábeis, foi reconhecido benefício fiscal sobre os prejuízos acumulados em 2016, com provisão de R\$ 55,9 milhões de imposto diferido, sem efeito caixa, majoritariamente referente à unidade de negócio América do Norte – Atacado.

Deste modo, a Companhia obteve valor positivo de R\$ 60,3 milhões em imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, ante despesas R\$ 7,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, uma ampliação de R\$ 67,8 milhões.

Lucro (prejuízo) do exercício

O prejuízo líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 alcançou R\$ 144,5 milhões, ante prejuízo líquido de R\$ 76,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, com redução de R\$ 68,3 milhões, que é explicado pela ampliação da despesa financeira líquida e da provisão para desvalorização de ativos, parcialmente compensados pela provisão de impostos diferidos e pela ampliação do resultado operacional.

ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

Em R\$ milhões	2017	AV	AH	2016	AV	AH	2015	AV	AH
		(%)	(%)		(%)	(%)		(%)	(%)
Ativo									
Ativo circulante	1.565,1	44,2%	(0,7%)	1.575,4	47,2%	(11,4%)	1.777,9	53,4%	6,8%
Caixa e equivalentes de caixa	172,0	4,9%	-6,2%	183,4	5,5%	-5,3%	193,7	5,8%	10,5%
Títulos e valores mobiliários	62,6	1,8%	41,0%	44,4	1,3%	-35,2%	68,6	2,1%	112,7%
Instrumentos financeiros	-	0,0%	n.a.	-	0,0%	-100,0%	19,9	0,6%	n.a.
Duplicatas a receber	591,2	16,7%	-0,2%	592,4	17,7%	0,3%	590,3	17,7%	-5,2%
Estoques	626,0	17,7%	-0,8%	631,0	18,9%	-17,6%	765,8	23,0%	10,9%
Adiantamento a fornecedores	39,9	1,1%	-2,8%	41,0	1,2%	-10,0%	45,6	1,4%	-11,4%
Impostos a recuperar	35,5	1,0%	-9,7%	39,3	1,2%	-6,8%	42,2	1,3%	-24,4%
Valores a receber - venda de imobilizado	-	0,0%	n.a.	-	0,0%	-100,0%	8,3	0,2%	n.a.
Imóveis destinados à venda	1,3	0,0%	1,1%	1,2	0,0%	-59,2%	3,1	0,1%	-2,7%
Outros créditos a receber	36,7	1,0%	-13,8%	42,6	1,3%	5,3%	40,5	1,2%	18,2%
Ativo não circulante	1.974,4	55,8%	12,0%	1.763,4	52,8%	13,7%	1.551,1	46,6%	-2,5%
Realizável a Longo Prazo	531,8	15,0%	1,1%	526,2	15,8%	49,3%	352,5	10,6%	26,7%
Títulos e valores mobiliários	63,8	1,8%	2,8%	62,1	1,9%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Valores a receber - clientes	37,4	1,1%	53,9%	24,3	0,7%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Partes relacionadas	119,8	3,4%	34,8%	88,9	2,7%	30,6%	68,0	2,0%	49,3%
Impostos a recuperar	48,3	1,4%	18,6%	40,7	1,2%	39,1%	29,2	0,9%	-12,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	113,2	3,2%	-18,9%	139,6	4,2%	61,7%	86,4	2,6%	12,0%
Valores a receber - venda de imobilizado	54,6	1,5%	-0,5%	54,9	1,6%	34,2%	40,9	1,2%	n.a.
Imobilizado disponível para venda	33,7	1,0%	-31,5%	49,2	1,5%	-16,7%	59,1	1,8%	45,9%
Depósitos judiciais	42,5	1,2%	-19,4%	52,8	1,6%	-7,6%	57,1	1,7%	7,2%
Outros	18,5	0,5%	34,5%	13,8	0,4%	17,8%	11,7	0,4%	-58,9%
Permanente	1.442,5	40,8%	16,6%	1.237,2	37,1%	3,2%	1.198,6	36,0%	-8,7%
Investimentos em coligadas	43,0	1,2%	140,5%	17,9	0,5%	-84,4%	114,8	3,4%	-34,7%
Imóveis para investimento	465,7	13,2%	140,1%	193,9	5,8%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Outros investimentos	4,8	0,1%	-40,6%	8,1	0,2%	-29,5%	11,5	0,3%	107,5%
Imobilizado	814,2	23,0%	-9,7%	901,3	27,0%	-4,6%	945,1	28,4%	-6,6%
Intangível	114,8	3,2%	-1,0%	116,0	3,5%	-8,8%	127,2	3,8%	6,4%
Total dos ativos	3.539,5	100,0%	6,0%	3.338,9	100,0%	0,3%	3.329,0	100,0%	2,2%

Passivo									
Passivo circulante	1.097,0	31,0%	-2,1%	1.120,9	33,6%	1,0%	1.109,7	33,3%	18,9%
Empréstimos e financiamentos	706,6	20,0%	12,9%	626,1	18,8%	-0,6%	629,9	18,9%	5,3%
Debênture	12,0	0,3%	-91,1%	135,0	4,0%	0,4%	134,5	4,0%	n.a.
Fornecedores	183,0	5,2%	18,4%	154,6	4,6%	-5,3%	163,2	4,9%	-7,7%
Impostos e taxas	14,9	0,4%	-1,4%	15,1	0,5%	-16,0%	17,9	0,5%	44,4%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1,4	0,0%	-29,4%	2,0	0,1%	-78,3%	9,0	0,3%	n.a.
Obrigações sociais e trabalhistas	71,8	2,0%	12,3%	63,9	1,9%	0,1%	63,9	1,9%	5,3%
Concessões governamentais	19,5	0,6%	10,5%	17,6	0,5%	-3,9%	18,3	0,6%	10,8%
Arrendamentos não recuperáveis	7,2	0,2%	14,2%	6,3	0,2%	-10,6%	7,0	0,2%	64,4%
Compra de imóvel para investimento	28,5	0,8%	n.a.	34,3	1,0%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Outras contas a pagar	52,2	1,5%	-21,0%	66,1	2,0%	0,2%	66,0	2,0%	5,3%
Passivo não circulante	960,5	27,1%	6,2%	904,4	27,1%	25,7%	719,6	21,6%	-0,4%
Empréstimos e financiamentos	658,7	18,6%	8,3%	608,0	18,2%	94,2%	313,1	9,4%	36,3%
Debênture	36,6	1,0%	n.a.	0,0	0,0%	-100,0%	133,8	4,0%	-49,3%
Arrendamentos não recuperáveis	13,8	0,4%	-10,7%	15,5	0,5%	-25,0%	20,6	0,6%	60,7%
Partes relacionadas	2,1	0,1%	27,0%	1,6	0,0%	353,3%	0,4	0,0%	48,8%
Concessões governamentais	42,8	1,2%	-12,2%	48,7	1,5%	-0,6%	49,0	1,5%	2,4%
Compra de imóvel para investimento	36,8	1,0%	n.a.	64,0	1,9%	n.a.	-	0,0%	n.a.
Planos de aposentadoria e benefícios	95,5	2,7%	-9,9%	106,0	3,2%	-19,5%	131,7	4,0%	30,3%
Provisões diversas	39,4	1,1%	-4,0%	41,0	1,2%	-3,9%	42,7	1,3%	0,0%
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	21,5	0,6%	146,5%	8,7	0,3%	-32,9%	13,0	0,4%	144,7%
Outras obrigações	13,2	0,4%	23,5%	10,7	0,3%	-29,6%	15,2	0,5%	-19,9%
Patrimônio líquido	1.482,0	41,9%	12,8%	1.313,6	39,3%	-12,4%	1.499,7	45,0%	-6,3%
Capital realizado	882,2	24,9%	0,0%	882,2	26,4%	0,0%	882,2	26,5%	0,0%
Reserva de capital	209,7	5,9%	0,0%	209,7	6,3%	0,0%	209,7	6,3%	0,0%
Ajuste de avaliação patrimonial	62,0	1,8%	2511,6%	2,4	0,1%	-48,0%	4,6	0,1%	157,8%
Ajuste acumulado de conversão	(111,7)	-3,2%	1,3%	(110,2)	-3,3%	8,8%	(101,3)	-3,0%	1,2%
Prejuízo acumulado	(216,3)	-6,1%	-18,0%	(263,9)	-7,9%	124,9%	(117,3)	-3,5%	360,8%
Participação dos acionistas não-controladores	656,1	18,5%	10,6%	593,4	17,8%	-4,6%	621,8	18,7%	-1,7%
Total dos passivos e do patrimônio líquido	3.539,5	100,0%	6,0%	3.338,9	100,0%	0,3%	3.329,0	100,0%	2,2%

Saldo em 31 de Dezembro de 2017 comparado com o saldo em 31 de Dezembro de 2016

Ativo Circulante

O ativo circulante passou de R\$ 1.575,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 1.565,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma redução de R\$ 10,3 milhões, ou 0,7%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Ampliação na conta Títulos e valores mobiliários, de R\$ 18,2 milhões;
- Redução no caixa e equivalentes de caixa, de R\$ 11,4 milhões.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante passou de R\$ 1.763,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 1.974,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, um aumento de R\$ 210,9 milhões, ou 12,0%.

Realizável a Longo Prazo

O ativo realizável a longo passou de R\$ 526,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 531,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, um aumento de R\$ 5,6 milhões, ou 1,1%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Ampliação nas Partes Relacionadas, de R\$ 30,9 milhões, referente à ampliação do mútuo com empresas do grupo econômico; e
- Redução de Imposto de renda e contribuição social diferidos, de R\$ 26,5 milhões;
- Redução nos Valores a receber – venda de imobilizado, de R\$ 15,5 milhões, referente à venda do terreno não operacional em Montes Claros; e
- Ampliação nos Valores a receber – clientes, de R\$ 13,1 milhões.

Permanente

O ativo permanente passou de R\$ 1.237,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 1.442,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, um aumento de R\$ 205,3 milhões, ou 16,6%, refletindo aumento de R\$ 271,7 milhões em imóveis para investimento, parcialmente compensado por depreciação contábil no imobilizado.

Em 2017, consolidamos o projeto de locação no terreno localizado em São Gonçalo do Amarante, RN. A área disponível para locação totaliza mais de 300,0 mil m², dos quais 50,0 mil m² já foram arrendados e vários outros contratos estão em negociação. Realizamos nova avaliação deste imóvel, onde o valor justo apurado foi igual a R\$ 211,2 milhões.

Variação do valor justo das propriedades para investimento totalizou R\$ 46,9 milhões entre 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2017.

Passivo Circulante

O passivo circulante passou de R\$ 1.120,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 1.097,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma redução de R\$ 23,9 milhões, ou 2,1%. Na avaliação da diretoria da Companhia, as principais variações nas contas foram:

- redução de R\$ 123,0 milhões no saldo de debêntures decorrente da amortização da debenture emitida em 2014 e emissão de nova debenture com menor montante, sendo ainda a sua maior parte alocada em longo prazo;
- ampliação de R\$ 80,5 milhões no saldo de Empréstimos e financiamentos; e
- ampliação de R\$ 28,4 milhões na conta Fornecedores.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante passou de R\$ 904,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 960,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, uma ampliação de R\$ 56,1 milhões, ou 6,2%. Na avaliação da diretoria da Companhia, as principais variações nas contas foram:

- aumento de R\$ 50,7 milhões no saldo de Empréstimos e Financiamento de longo prazo decorrente do alongamento da dívida;
- aumento de R\$ 36,3 milhões no saldo de debêntures decorrente da emissão de nova debenture no valor de R\$ 50,0 milhões, sendo sua maior parte alocada em longo prazo;
- redução de R\$ 27,2 milhões no saldo de compra de imóvel para investimento decorrente dos valores pagos no exercício findo em 31 de dezembro referente a compra da Fazenda Tropical; e
- redução de R\$ 10,5 milhões no saldo Planos de aposentadoria e benefícios.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido passou de R\$ 1.313,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 1.482,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, um acréscimo de R\$ 168,4 milhões, ou 12,8%. Na avaliação da diretoria da Companhia, as principais variações nas contas foram:

- aumento de R\$ 62,6 milhões em Participação dos acionistas não controladores;

- aumento de R\$ 59,6 milhões em Ajuste na Avaliação Patrimonial; e
- redução de R\$ 62,6 milhões no saldo Prejuízo acumulado.

Saldo em 31 de Dezembro de 2016 comparado com o saldo em 31 de Dezembro de 2015

Ativo Circulante

O ativo circulante passou de R\$ 1.777,9 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 1.575,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma redução de R\$ 202,5 milhões, ou 11,4%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Redução nos estoques, de R\$ 134,8 milhões;
- Redução na conta Títulos e valores mobiliários, de R\$ 24,2 milhões;
- Redução na conta Instrumentos financeiros, de R\$ 19,9 milhões; e
- Redução no caixa e equivalentes de caixa, de R\$ 10,2 milhões.

A redução de estoque está relacionada à ampliação do grau de nacionalização de nossas coleções, principalmente nas marcas atendidas pelo segmento Varejo, o que possibilitou trabalharmos com um menor estoque de produtos finais, pois o menor ciclo de abastecimento do produto local permite a reposição de estoque durante a coleção, de acordo com a demanda.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante passou de R\$ 1.551,1 milhões em 31 de dezembro 2015 para R\$ 1.763,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, um aumento de R\$ 212,3 milhões, ou 13,7%.

Realizável a Longo Prazo

O ativo realizável a longo passou de R\$ 352,5 milhões em 31 de dezembro 2015 para R\$ 526,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, um aumento de R\$ 173,7 milhões, ou 49,3%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Ampliação nos Títulos e valores mobiliários, de R\$ 62,1 milhões, referente a depósito mantido no exterior, como garantia de empréstimo;
- Ampliação de Imposto de renda e contribuição social diferidos, de R\$ 53,3 milhões;
- Ampliação nos Valores a receber – clientes, de R\$ 24,3 milhões;
- Ampliação nas Partes Relacionadas, de R\$ 20,8 milhões, referente à ampliação do mútuo com empresas do grupo econômico; e
- Ampliação nos Valores a receber – venda de imobilizado, de R\$ 14,0 milhões, referente à venda do terreno não operacional em Montes Claros.

Em atendimento às normas contábeis, foi reconhecido benefício fiscal sobre os prejuízos acumulados em 2016, com provisão de R\$ 55,9 milhões de imposto diferido, sem efeito caixa, majoritariamente referente à unidade de negócio América do Norte – Atacado.

Os valores de clientes em recuperação judicial, totalizando R\$ 21,5 milhões, foram negociados para pagamento em parcelas mensais iguais, por sete anos.

Financiamos repasses de lojas para franqueados, totalizando R\$ 9,1 milhões, para pagamento em parcelas mensais iguais.

A administração da Companhia classificou a totalidade do recebível, referente à venda do terreno não operacional em Montes Claros, como ativo não circulante, tendo como pressuposto a atual condição financeira de Município e a possibilidade do alongamento dos vencimentos do referido crédito.

Permanente

O ativo permanente passou de R\$ 1.198,6 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 1.237,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, um aumento de R\$ 38,6 milhões, ou 3,2%, refletindo aumento de R\$ 193,9 milhões em imóveis para investimento, parcialmente compensado por depreciação contábil no imobilizado e redução de R\$ 96,9 milhões em investimentos em coligadas.

Em 2016, a Companhia adquiriu imóvel denominado Fazenda Tropical, localizada em Baixa Grande do Ribeiro, Piauí, com 26.949 hectares, de sua coligada Cantagalo General Grains, pelo valor total de R\$ 143,9 milhões, e efetuou adiantamento de R\$ 50,0 milhões para investimento em terreno na cidade de Montes Claros – MG, com 214 mil metros quadrados de sua coligada indireta Encorpar Empreendimentos Imobiliários.

Passivo Circulante

O passivo circulante passou de R\$ 1.109,7 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 1.120,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma ampliação de R\$ 11,1 milhões, ou 1,0%. Na avaliação da diretoria da Companhia, as principais variações nas contas foram:

- ampliação de R\$ 34,3 milhões no saldo de compra de imóvel para investimento decorrente da compra da Fazenda Tropical;
- redução de R\$ 8,6 milhões na conta Fornecedores; e
- redução de R\$ 7,0 milhões no saldo de Imposto de Renda e contribuição social a pagar.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante passou de R\$ 719,6 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 904,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma ampliação de R\$ 184,8 milhões, ou 25,7%. Na avaliação da diretoria da Companhia, as principais variações nas contas foram:

- aumento de R\$ 294,9 milhões no saldo de Empréstimos e Financiamento de longo prazo decorrente do alongamento da dívida;
- redução de R\$ 133,8 milhões no saldo de debêntures de longo prazo decorrente da transferência para curto prazo;
- aumento de R\$ 64,0 milhões no saldo de compra de imóvel para investimento decorrente da compra da Fazenda Tropical; e
- redução de R\$ 25,7 milhões no saldo Planos de aposentadoria e benefícios.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido passou de R\$ 1.499,7 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 1.313,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, um decréscimo de R\$ 186,0 milhões, ou 12,4%, devido, principalmente, ao aumento de R\$ 146,5 milhões na conta prejuízo acumulado.

Saldo em 31 de Dezembro de 2015 comparado com o saldo em 31 de Dezembro de 2014

Ativo Circulante

O ativo circulante passou de R\$ 1.665,4 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 1.777,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, um aumento de R\$ 112,5 milhões, ou 6,8%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Ampliação nos estoques, de R\$ 75,2 milhões;
- Aumento na conta Títulos e valores mobiliários, de R\$ 36,3 milhões;
- Redução no Duplicatas a Receber, de R\$ 32,3 milhões;
- Aumento na conta Instrumentos financeiros, de R\$ 19,9 milhões; e
- Aumento no caixa e equivalentes de caixa, de R\$ 18,4 milhões.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante passou de R\$ 1.591,3 milhões em 31 de dezembro 2014 para R\$ 1.551,1 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma redução de R\$ 40,2 milhões, ou 2,5%.

Realizável a Longo Prazo

O ativo realizável a longo passou de R\$ 278,3 milhões em 31 de dezembro 2014 para R\$ 352,5 milhões em 31 de dezembro de 2015, um aumento de R\$ 74,2 milhões, ou 26,7%. As principais variações, na avaliação da diretoria da Companhia, foram:

- Ampliação nos Valores a receber – venda de imobilizado, de R\$ 40,9 milhões, referente a venda do terreno não operacional em Montes Claros;
- Ampliação nas Partes Relacionadas, de R\$ 22,5 milhões; e
- Ampliação no Imobilizado disponível para venda, de R\$ 18,6 milhões.

Imobilizado

O ativo imobilizado passou de R\$ 1.012,0 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 1.198,6 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma redução de R\$ 114,4 milhões, ou 8,7%, refletindo depreciação contábil no imobilizado e redução de R\$ 61,0 milhões em investimentos em coligadas.

Passivo Circulante

O passivo circulante passou de R\$ 933,5 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 1.109,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma ampliação de R\$ 176,2 milhões, ou 18,9%, decorrente, principalmente, do aumento de R\$ 132,8 milhões, no saldo de debêntures de curto prazo, em decorrência de reclassificação de longo para curto prazo referente à parcela de dívida a ser liquidada em 2016.

Passivo Não Circulante

O passivo não circulante era de R\$ 719,6 milhões em 31 de dezembro de 2015, em linha com o montante de R\$ 722,5 milhões em 31 de dezembro de 2014. Na avaliação da diretoria da Companhia, as principais variações nas contas foram:

- redução de R\$ 129,9 milhões no saldo de debêntures de longo prazo decorrente da transferência para curto prazo;
- aumento de R\$ 83,4 milhões no saldo de Empréstimos e Financiamento de longo prazo decorrente do alongamento da dívida;
- aumento de R\$ 30,6 milhões no saldo Planos de aposentadoria e benefícios decorrente da desvalorização do real em relação ao dólar americano.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido passou de R\$ 1.600,8 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 1.499,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, um decréscimo de R\$ 101,1 milhões, ou 6,3%, devido, principalmente, ao aumento de R\$ 91,9 milhões na conta prejuízo acumulado.

ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA

Em R\$ milhões	2017	2016	2015
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos	22,7	39,4	(124,9)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(75,1)	(197,7)	(21,3)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	44,6	164,0	137,8
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controladas no exterior	(3,6)	(15,9)	26,8
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	(11,4)	(10,2)	18,4

Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2017 vs 2016

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o caixa gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 22,7 milhões, ante os R\$ 39,4 milhões gerados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, devido, principalmente, o aumento de R\$ 214,6 milhões dos efeitos não caixa do resultado do exercício, ao aumento de R\$ 22,0 milhões nas variações nas contas de ativos e passivos, que mais que compensou a ampliação de R\$ 213,5 milhões do lucro líquido.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o caixa aplicado pelas atividades de investimento foi de R\$ 75,1 milhões, R\$ 122,7 milhões inferior aos R\$ 197,7 milhões aplicados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, devido, principalmente, ao menor montante em investimentos permanentes ao recebimento de R\$ 44,9 milhões pela venda de ativo imobilizado.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o caixa gerado pelas atividades de financiamento foi de R\$ 44,6 milhões, R\$ 119,4 milhões inferior dos R\$ 164,0 milhões gerados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, devido à maior liquidação de empréstimos.

Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2016 vs 2015

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o caixa gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 39,4 milhões, ante os R\$ 124,9 milhões aplicados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, devido, principalmente, o aumento de R\$ 96,9 milhões dos efeitos não caixa do resultado do exercício, ao aumento de R\$ 51,9 milhões nas variações nas contas de ativos e passivos, e a redução de R\$ 11,1 milhões nos juros pagos, que mais que compensou a redução de R\$ 68,3 milhões do lucro líquido.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o caixa aplicado pelas atividades de investimento foi de R\$ 197,7 milhões, R\$ 176,4 milhões superior aos R\$ 25,2 milhões aplicados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, devido, principalmente, ao aumento de R\$ 70,6 milhões nos empréstimos entre partes relacionadas e ao aumento de R\$ 87,5 milhões em investimentos permanentes.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o caixa gerado pelas atividades de financiamento foi de R\$ 164,0 milhões, R\$ 26,6 milhões acima dos R\$ 137,8 milhões gerados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, para financiar as necessidades das atividades operacionais e de investimento, assim como ampliar a liquidez da Companhia.

10.2 Os diretores devem comentar

a. Resultados das operações do emissor

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita.

As receitas da Companhia nos anos de 2015, 2016 e 2017 decorrem basicamente de vendas de produtos de cama, mesa e banho e vestuário.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o mercado na América do Sul representou 70% e o mercado na América do Norte representou 30% da receita consolidada da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o mercado na América do Sul representou 64% e o mercado na América do Norte representou 36% da receita consolidada da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o mercado na América do Sul representou 64% e o mercado na América do Norte representou 36% da receita consolidada da Companhia.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

O lucro operacional antes do resultado financeiro passou de R\$ 54,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 271,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, ampliação de R\$ 217,2 milhões, ou 400,9%. A ampliação deve-se principalmente aos maiores valores de equivalência patrimonial e às variações do valor justo de propriedades para investimentos e provisão para desvalorização de ativos.

O lucro operacional antes do resultado financeiro passou de R\$ 36,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 54,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, ampliação de R\$ 17,7 milhões, ou 48,5%. A ampliação deve-se principalmente aos menores valores de despesas com vendas, gerais e administrativas e ao aumento do lucro bruto, que mais que compensou os menores valores de equivalência patrimonial e a provisão para desvalorização de ativos.

O lucro operacional antes do resultado financeiro passou de R\$ 44,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 36,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, redução de R\$ 8,4 milhões, ou 18,7%. A redução deve-se principalmente aos menores valores de equivalência patrimonial e de outras despesas líquidas, que mais que compensou o aumento do lucro bruto.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas da Companhia têm correlação direta com variações de preço e volumes dos produtos vendidos aos seus clientes. Quanto à inflação, sua correlação com a receita da Companhia é indireta, na medida em que os reajustes de preços dependem da demanda, dos preços de concorrentes, que incluem produtos importados.

A receita líquida consolidada foi 3,1% inferior à de 2016, negativamente impactada por menores volumes de venda.

Houve redução do volume de vendas de 3,3% entre anos, de 122,9 mil toneladas em 2016 para 118,9 mil toneladas em 2016.

A receita líquida consolidada foi 2,1% superior à de 2015, positivamente impactada por maiores volumes de venda.

Houve aumento do volume de vendas de 4,7% entre anos, de 117,4 mil toneladas em 2015 para 122,9 mil toneladas em 2016, principalmente devido ao aumento expressivo de vendas de produtos intermediários, que está relacionado: (i) à substituição de produtos importados por produtos nacionais na cadeia de suprimentos de grandes varejistas; e (ii) ao término de ajuste de estoque no setor e maior confiança no crescimento das vendas no final do ano.

Quanto à flutuação de taxas de câmbio, a tradução da receita das operações da Companhia no exterior é diretamente impactada pela taxa de câmbio. A taxa de câmbio influencia também indiretamente na receita à medida que influi na competitividade dos produtos produzidos no Brasil, tanto no mercado internacional, contribuindo com o volume de exportação, como no mercado local, estabelecendo a participação de produtos importados.

Em 2017, a receita da Companhia na América do Norte, alcançou R\$ 784,6 milhões, ante R\$ 965,2 milhões em 2016, negativamente impactado pela apreciação do Real entre anos.

Em 2016, a receita da Companhia na América do Norte, alcançou R\$ 965,2 milhões, ante R\$ 923,8 milhões em 2015.

Em 2015, a receita da Companhia na América do Norte, alcançou R\$ 923,8 milhões, ante R\$ 698,2 milhões, devido, principalmente, à desvalorização do real em relação ao dólar americano em 2015.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A Companhia possui participação indireta em controladas no exterior cujas moedas funcionais são o Dólar e o Peso Argentino. O efeito da variação da paridade cambial dessas moedas para o Real, moeda funcional da Companhia, é contabilizado em conta do patrimônio líquido e somente afetará o resultado na hipótese de alienação ou baixa daqueles investimentos. A conversão das demonstrações financeiras dessas controladas para o Real pode gerar flutuações nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os preços dos principais insumos de produção da Companhia tais como, algodão, poliéster e produtos químicos, são impactados pelo câmbio e pelos preços no mercado mundial.

O resultado financeiro é impactado pela taxa de juros, uma vez que a maioria da sua dívida é denominada em Reais e com taxa de juros flutuantes.

10.3 EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não realizou nenhuma introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais de 2015, 2016 e 2017.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Nos últimos dois anos, a Emissora não realizou constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em 29 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou aporte de capital no valor de R\$ 159,0 milhões na controlada Tropical Agroparticipações S.A.

Em 2017, a controlada Springs Global US comprou ações do acionista minoritário da Springs Canada Holdings, aumentando a sua participação de 93,8% para 100,0%.

Em 26 de janeiro e 2 de outubro de 2015, a controlada Coteminas International Ltd. adquiriu participação na coligada Cantangalo General Grains S.A. pelo valor de R\$18.927, apurando ágio no valor de R\$14.922, registrado em prejuízos acumulados no patrimônio líquido.

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 10 de outubro de 2014, foi aprovada a aquisição de 1.518.862 ações ordinárias de emissão da Oxford Comércio e Participações S.A. pelo valor de R\$15.918, com base em 30 de setembro de 2014. A Companhia, após essa aquisição, passou a deter 63,37%.

c. Eventos ou operações não usuais

A Companhia não realizou operações não usuais nos exercícios sociais de 2015, 2016 e 2017.

10.4 Os diretores devem comentar

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

2017

No exercício de 2017 não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

2016

No exercício de 2016 não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

2015

No exercício de 2015 não houve mudança significativa nas práticas contábeis.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

2017

No exercício de 2017 não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

2016

No exercício de 2016 não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

2015

No exercício de 2015 não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalva nos pareceres emitidos pelos auditores.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos

não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

As políticas contábeis critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com julgamento da Administração, são:

- (a) Investimentos no exterior- Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de “Ajuste acumulado de conversão” no patrimônio líquido e também apresentado como outros resultados abrangentes, não afetando o resultado do exercício.
- (b) Intangível- Refere-se a marcas adquiridas, fundos de comércio e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis da Companhia possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizados, mas testados anualmente quanto ao seu valor recuperável ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação. Mudança nos cenários macroeconômicos pode impactar no teste de realização dos Intangíveis como marcas e pontos comerciais.
- (c) Provisões diversas- A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis. A Administração da Companhia depende de análises de advogados independentes para avaliação das contingências tributárias, cíveis e trabalhistas.
- (d) Planos de aposentadoria complementar- Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado quando incorridos. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada Springs Global US.
- (e) Propriedades para investimentos--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e inclui os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes e, a partir de então, são avaliadas anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que seu valor contábil não seja recuperável e as variações decorrentes desta avaliação, quando existentes, são reconhecidas no resultado do exercício.

10.8 ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR

- a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)**

Arrendamento mercantil

A controlada indireta Springs Global US aluga imóveis e equipamentos sob a condição de “leasing” operacional. O total da despesa com o arrendamento mercantil foi de R\$ 39,8 milhões em 2017, R\$ 42,1 milhões em 2016, e R\$ 41,3 milhões em 2015. As prestações continuam decrescentes até o final dos contratos que terminam em diversas datas até 2030, totalizando R\$ 181,5 milhões. As prestações previstas para os próximos anos são estimadas na tabela a seguir.

Anos	2018
2018	34.757
2019	31.218
2020	28.852
2021	29.061
2022	25.479

A controlada indireta Springs Global US concedeu a terceiros o subarrendamento mercantil (“sub-leasing”) de algumas localidades onde não havia mais o benefício econômico sobre o arrendamento pago. O total de receita com o subarrendamento mercantil foi de R\$ 14,6 milhões em 2017, R\$ 15,4 milhões em 2016, e R\$ 13,0 milhões em 2015. Para o período de 2018 a 2025, o total das prestações de subarrendamento mercantil a receber pela controlada indireta Springs Global US é de R\$ 33,2 milhões.

A controlada indireta Springs Global US possui provisão de curto e longo prazo que totalizava R\$ 21,0 milhões em 2017, R\$ 21,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, e R\$ 27,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de algumas unidades fabris nos EUA), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas. Esse potencial de subarrendamento poderia resultar numa redução de R\$ 167,8 milhões nas obrigações demonstradas na tabela anterior.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7 EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.6

a. Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

As despesas financeiras de arredamento mercantil, assim como as receitas financeiras do subarrendamento mercantil (“sub-leasing”), alteram o resultado operacional da Companhia nos valores mencionados no item 10.6.

b. Natureza e propósito da operação

Leasing operacional.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Já mencionado no item 10.6.

10.8 PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR

a. Investimentos

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Na controlada Springs Global, os investimentos de capital da indústria refletem, fundamentalmente, investimentos de modernização de ativos. Já no varejo, os investimentos estão associados a gastos com reformas e benfeitorias de lojas próprias, além de investimentos relacionados a novas lojas próprias.

Em R\$ milhões	Investimentos		
	2017	2016	2015
Indústria	69,6	71,3	37,3
Varejo	1,6	2,4	4,9
Total	71,2	73,7	42,2

O valor de investimento estimado para 2018, na controlada Springs Global, encontra-se entre R\$ 60 e 70 milhões, de acordo com seu orçamento, que serão aplicados, principalmente, em melhoria operacional, como nos últimos três exercícios sociais.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Disponibilidades e expectativa de geração de caixa da própria operação.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Após reestruturação de sua capacidade operacional no Brasil, a controlada indireta da Companhia, Coteminas S.A., disponibilizou três ativos para venda, com valor contábil de cerca de R\$ 100 milhões e valor à mercado de R\$ 230 milhões, de acordo com avaliação efetuada em 2012 pela Cushman & Wakefield: (i) terreno em São Gonçalo do Amarante, RN; (ii) matriz em Montes Claros, MG; e (iii) parte da unidade em Blumenau, SC.

Em 10 de fevereiro de 2015, a controlada Springs Global anunciou ao mercado que sua controlada indireta Coteminas S.A. concluiu negociação de venda, para o Município de Montes Claros, do imóvel localizado na Av. Governador Magalhães Pinto, 4000, compreendendo o terreno de 161.930 m², com edificações com cerca de 28 mil m² de área construída, pelo valor total de R\$ 48 milhões de reais, a serem pagos em 48 meses, sendo 12 meses de carência, corrigido pelo Índice Geral de Preços do Mercado.

Em 31 de dezembro de 2016, haviam 8 parcelas vencidas. A Administração da Companhia classificou a totalidade do recebível como ativo não circulante, tendo como pressuposto a atual situação financeira do Município e também a possibilidade do alongamento dos vencimentos do referido crédito. A Administração da Companhia, baseada no parecer de seus advogados e em recente atualização do valor de mercado do imóvel, concluiu que atualmente não há expectativas de perdas com esse recebível, seja pela modificação das condições de pagamento ou pela retomada do imóvel.

Em janeiro de 2017, o Poder Executivo do município de Montes Claros, recém empossado, constituiu grupo de trabalho para reavaliar os benefícios econômicos e qualitativos do projeto, para juntos estabelecermos uma nova condição de pagamento do contrato, à luz da atual situação financeira do município.

Em outubro de 2017, a Prefeitura de Montes Claros e a controlada Coteminas S.A. assinaram protocolo de intenções com o objetivo de viabilizar a implantação do complexo da nova Prefeitura Municipal que irá abrigar o

b. Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não ocorreram aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

c. Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há investimentos em novos produtos e serviços que podem influenciar materialmente o resultado da Companhia.

10.9 OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARIAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO 10

Não existem outros fatores que influenciariam de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção 10.

**COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS –
COTEMINAS**

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76
NIRE 31.3.003.731.2

ANEXO II

Anexo 9-1-II da Instrução CVM no 481/09

Proposta de destinação do resultado do exercício

COMPANHIA TECIDOS NORTE DE MINAS - COTEMINAS
CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76

NIRE 31.3.003.731.2
Companhia Aberta

Informações requeridas pelos artigos 10 e 12 da Instrução CVM nº 481/2009.

IDENTIFICAÇÃO	Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS, companhia aberta de capital autorizado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 22.677.520/0001-76, com atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 31.3.003.731.2.
REGISTRO NA CVM	n.º 00315-8
SEDE	Av. Lincoln Alves dos Santos, 955, Distrito Industrial, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.
DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES ATENDIMENTO AOS ACIONISTAS	João Batista da Cunha Bomfim Telefone (11) 2145-4412 Fax (11) 2145-4583 e-mail: joao.bomfim@coteminas.com.br
AUDITORES INDEPENDENTES	BDO RCS Auditores Independentes.
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	CTNM3 e CTNM4
JORNAIS NOS QUAIS DIVULGA INFORMAÇÕES	Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e Jornal de Notícias – Montes Claros, MG.

ANEXO 9-1-II

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

Os valores estão expressos em R\$ mil, exceto quando expressamente indicado.

1. Informar o lucro líquido do exercício

R\$ 69.045

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Montante Global Bruto: R\$ 0 – R\$0,00 por ação

Segundo o artigo 189 da Lei no 6.404/76, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto sobre a renda serão deduzidos do resultado do exercício. Desta forma, o prejuízo acumulado da Companhia foi deduzido do resultado líquido do exercício de 2017. No final do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o prejuízo acumulado era igual a R\$ (216.311).

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

0,0%

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não aplicável

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

Não aplicável

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Resultado líquido	Resultado básico por ação ordinária (em R\$)	Resultado básico por ação preferencial (em R\$)
2014	(89.958)	(2,4955)	(2,4955)
2015	(76.175)	(2,5396)	(2,5396)
2016	(144.475)	(4,5966)	(4,5966)
2017	69.045	1,6258	1,6258

- b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Dividendos	Juros sobre capital próprio
2014	-	-
2015	-	-
2016	-	-

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

Não aplicável

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal
- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos
- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos
- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Em cada exercício social, dividendo obrigatório igual a 1/3 do lucro líquido ajustado nos termos da lei, com a inclusão do resultado da equivalência Patrimonial das Controladas; ficando o saldo que houver será destinado, por deliberação da Assembleia Geral, conforme proposta dos órgãos da administração.

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Não há dividendo obrigatório a ser distribuído relativo ao resultado líquido do exercício de 2017. Segundo o artigo 189 da Lei no 6.404/76, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto sobre a renda serão deduzidos do resultado do exercício. Desta forma, o prejuízo acumulado da Companhia foi deduzido do resultado líquido do exercício de 2017. No final do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o prejuízo acumulado era igual a R\$ (216.311).

- c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não aplicável.

- a. Informar o montante da retenção
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
- c. Justificar a retenção dos dividendos

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não aplicável.

- a. Identificar o montante destinado à reserva
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável
- d. Justificar a constituição da reserva

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Não aplicável.

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
- b. Identificar o montante destinado à reserva
- c. Descrever como o montante foi calculado

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não aplicável.

- a. Identificar o montante da retenção
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Não aplicável.

- a. Informar o montante destinado à reserva
- b. Explicar a natureza da destinação

**COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS –
COTEMINAS**

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76
NIRE 31.3.003.731.2

ANEXO III

Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência

Eleição dos Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal

12.5

Conselho de Administração

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor				se é independente, critério	
Josué Christiano Gomes da Silva	25/12/1963	Conselho de Administração e Diretoria	31/05/2017 (a) / 15/05/2017 (b)	Até AGO de 2018 (a) 1 ano (b)	11 (a) e (b)
493.795.776-72	Engenheiro a Advogado	Presidente do Conselho de Administração (a)	31/05/2017 (a) / 15/05/2017 (b)	Sim	100%
Não		Diretor Presidente (b)		Não	
João Gustavo Rebello de Paula	14/07/1968	Conselho de Administração	31/05/2017	Até AGO de 2018	6
692.239.806-82	Engenheiro	Membro do Conselho de Administração	31/05/2017	Sim	100%
Não				Não	
Maria da Graça Campos Gomes da Silva	29/01/1959	Conselho de Administração	n.a.	n.a.	n.a.
401.273.896-87	Estilista	Membro do Conselho de Administração	n.a.	n.a.	n.a.
Não				Não	
Patrícia Campos Gomes da Silva	24/05/1960	Conselho de Administração	n.a.	n.a.	n.a.
958.037.426-00	Decoradora de Interiores	Membro do Conselho de Administração	n.a.	n.a.	n.a.
Não				Não	
Adelmo Pércope Gonçalves	20/07/1942	Conselho de Administração	31/05/2017	Até AGO de 2018	3
002.830.536-15	Bacharel em Direito	Membro do Conselho de Administração	31/05/2017	Sim	100%
Não				Não	
Jorge Kalache Filho	15/09/1949	Conselho de Administração	31/05/2017	Até AGO de 2018	4
178.165.217-15	Engenheiro	Membro do Conselho de Administração	31/05/2017	Sim	100%
Não				Independente	
Ricardo Antônio Weiss	17/06/1955	Conselho de Administração	31/05/2017	Até AGO de 2018	3
010.673.308-79	Engenheiro	Membro do Conselho de Administração	31/05/2017	Sim	100%
Não				Independente	

Principais Experiências Profissionais

Josué Christiano Gomes da Silva é formado em engenharia civil pela Universidade Federal de Minas Gerais e em direito pela Faculdade Milton Campos. Possui mestrado em administração de empresas pela Universidade de Vanderbilt, Tennessee (EUA). É presidente do Conselho de administração e diretor presidente da Wembley S.A., holding que controla indiretamente a emissora; da Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas, holding que controla diretamente a emissora; da Empresa Nacional de Comércio, Rédito e Participações S.A. – Encorpar, sociedade empresária da área têxtil e de investimentos; e, da Companhia Tecidos Santanense, indústria têxtil atuante no setor de vestuário e uniformes profissionais. É presidente do Conselho de Administração da Cantagalo General Grains S.A. e da CGG Trading S.A.. Atualmente é diretor-presidente das seguintes empresas José Alencar Gomes da Silva – Participações e Empreendimentos S.A., sociedade empresária de investimentos e participações; Fazenda do Cantagalo Ltda., sociedade que opera na área agropecuária e na produção e engarrafamento de aguardente; Econorte

– Empresa Construtora Norte de Minas Ltda, sociedade da área da construção civil; Ecopar – Empresa de Comércio e Participações Ltda, sociedade de investimentos e participações; Diretor Presidente da COTEMINAS S.A., Diretor Presidente da OXFORD COM. E PART. S.A.; Presidente da SEDA S.A.; e Diretor Presidente da AMMO Varejo; e da Springs Global Participações S.A., indústria têxtil atuante no setor de cama, mesa e banho; O Sr. Josué é membro do Conselho e ex-presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI, ex-presidente da ABIT – Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções, vice presidente da FIESP – Federação da Indústria do Estado de São Paulo, vice-presidente do Conselho de Empresários da América Latina – CEAL, e presidente do ITMF – “International Textile Manufacturers Federation”.

João Gustavo Rebello de Paula é formado em engenharia mecânica pela UFMG, fez mestrado em administração de empresas (MBA) pela Kelly School of Business, Indiana University (EUA). O Sr. João Gustavo é diretor da Farpal Agropastoril e Participações Ltda, sociedade empresária que atua na área agropecuária; Econorte- Empresa Construtora Norte de Minas Ltda., sociedade do setor de construção civil; e, Ecopar- Empresa de Comércio e Participações Ltda., sociedade de investimentos e participações. Trabalhou, ainda, como diretor de novos negócios da Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS entre 1995 e 1997 e como consultor associado na Booz-Allen & Hamilton, entre 1993 e 1995. Atualmente é membro do Conselho de administração da Springs Global Participações S.A, da Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS e da Empresa Nacional de Comércio, Crédito e Participações S.A.- Encorpar. O Sr. João Gustavo é também membro da Companhia Tecidos Santanense.

Maria da Graça Campos Gomes da Silva é estilista e atualmente é membro do Conselho de Administração da Wembley Sociedade Anônima e da Companhia Tecidos Santanense e diretora da José Alencar Gomes da Silva – Comércio, Participações, e Empreendimentos S.A.

Patrícia Campos Gomes da Silva é decoradora de interiores e atualmente é membro do Conselho de Administração da Wembley Sociedade Anônima e e da Companhia Tecidos Santanense.

Adelmo Pércopo Gonçalves é formado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e é vice-presidente do Conselho de Administração da Companhia Tecidos Santanense, membro do Conselho de Administração da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS e diretor VP da OXFORD Com. e Part. S.A..

Jorge Kalache Filho possui mestrado em Administração de Empresas pela PUC-RJ, pós-graduação em Economia Industrial pela FEA/UFRJ, pós-graduação em Engenharia Industrial – Finanças pela PUC/RJ, sendo formado em engenharia civil pela PUC/RJ. Entre 1974 e 2008, exerceu diversos cargos no BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, sendo o último Superintendente da Área Industrial. Atualmente, é membro do Conselho Deliberativo da FAPES, membro suplente do Conselho de Administração da TAESA e da ODONTOPREV, e membro suplente do Conselho Fiscal da BNDESPAR.

Ricardo Antônio Weiss é formado em engenharia civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, fez pós graduação em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas (CEAG). O Sr. Weiss é Fundador e CEO da W Consultoria e Participações Ltda e Managing Partner da OHG Mining. Trabalhou, ainda, como diretor Geral da *holding* operacional Camargo Corrêa S.A., diretor executivo da Anglo American, Diretor Executivo de Commodities na Copersucar e CEO da Tavex Corporation. Atualmente é membro do Conselho de Administração da T4U Holdings Brasil e da Log-in Logística Integrada.

Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor				se é independente, critério	
César Pereira Vanucci	8/10/1932	Conselho Fiscal	5/31/2017	Até AGO de 2018	18
001.710.266-91	Bacharel em Direito	Membro do Conselho Fiscal (Efetivo)	5/31/2017	Sim	100%
Não					
João Martinez Fortes Júnior	4/7/1962	Conselho Fiscal	5/31/2017	Até AGO de 2018	8
060.710.266-91	Contador	Membro do Conselho Fiscal (Efetivo)	5/31/2017	Sim	100%

Não						
Norton Antonio Fagundes Reis	9/22/1949	Conselho Fiscal	5/31/2017	Até AGO de 2018		2
138.351.226-49	Bacharel em Direito	Membro do Conselho Fiscal (Efetivo)	5/31/2017	Sim		100%
Não						
Ildeu da Silveira e Silva	7/10/1940	Conselho Fiscal	5/31/2017	Até AGO de 2018		18
002.116.486-04	Bacharel em Direito	Membro do Conselho Fiscal (Suplente)	5/31/2017	Sim		n.a.
Não						
Antônio Luciano da Costa	5/24/1948	Conselho Fiscal	5/31/2017	Até AGO de 2018		2
096.021.516-68	contador	Membro do Conselho Fiscal (Suplente)	5/31/2017	Sim		n.a.
Não						
Danilo Achilles Savassi	1/9/1923	Conselho Fiscal	5/31/2017	Até AGO de 2018		17
001.377.156-68	Bacharel em Direito	Membro do Conselho Fiscal (Suplente)	5/31/2017	Sim		n.a.
Não						

Principais Experiências Profissionais

César Pereira Vanucci é bacharel em Direito e membro efetivo do conselho fiscal da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS, da Companhia Tecidos Santanense, e da Springs Global Participações S.A..

João Martinez Fortes Júnior é contador e membro efetivo do conselho fiscal da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS, da Springs Global Participações S.A., e da Companhia Tecidos Santanense.

Norton Antonio Fagundes Reis é advogado, formado pela Faculdade de Ciências Jurídicas Vianna Júnior de Juiz de Fora/ MG e registrado na OAB/MG sob o n.º 26.291; Contador, formado pela Faculdade de Ciências Contábeis de Visconde do Rio Branco/MG e registrado no CRC/MG sob o n.º 034835/0; Ex-presidente e Ex-Diretor da Associação Comercial e Industrial de Ubá/MG; Ex-diretor da Empresa Wembley S.A.; Ex-diretor da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS.

Ildeu da Silveira e Silva é formado em Direito e membro suplente do conselho fiscal da CIA. DE TECIDOS NORTE DE MINAS – COTEMINAS, da COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE e da SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A..

Antônio Luciano da Costa é bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis de Visconde do Rio Branco/MG; Ex-diretor da Associação Comercial e Industrial de Ubá/MG; Ex-diretor da Empresa Wembley S.A..

Danilo Achilles Savassi é formado em direito e membro suplente do conselho fiscal da Companhia de Tecidos Norte de Minas – COTEMINAS, e da Companhia Tecidos Santanense.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal:

Não há qualquer condenação criminal envolvendo os membros da Administração e do conselho fiscal indicados acima.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas:

Não há qualquer condenação em processo administrativo da CVM envolvendo os membros da Administração e do conselho fiscal acima indicados.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:

Não há qualquer condenação transitada em julgado envolvendo os membros da Administração e do conselho fiscal acima indicados.

12.6. Em relação a cada um dos membros do conselho de administração e do conselho fiscal do emissor, informar, em forma de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no último exercício, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Conselho de Administração

Nome	Período	Nº Reuniões realizadas (A)	Nº Reuniões atendidas (B)	% Participação (B) / (A)
Josué Christiano Gomes da Silva	31/05/2017 - 31/12/2017	10	10	100%
João Gustavo Rebello de Paula	31/05/2017 - 31/12/2017	10	10	100%
Adelmo Pércope Gonçalves	31/05/2017 - 31/12/2017	10	10	100%
Jorge Kalache Filho	31/05/2017 - 31/12/2017	10	10	100%
Ricardo Antônio Weiss	31/05/2017 - 31/12/2017	10	10	100%

Conselho Fiscal

Nome	Período	Nº Reuniões realizadas (A)	Nº Reuniões atendidas (B)	% Participação (B) / (A)
César Pereira Vanucci	30/04/2016 - 31/12/2016	3	3	100%
João Martinez Fortes Júnior	30/04/2016 - 31/12/2016	3	3	100%
Norton Antonio Fagundes Reis	30/04/2016 - 31/12/2016	3	3	100%
Ildéu da Silveira e Silva	30/04/2016 - 31/12/2016	n.a.	n.a.	n.a.
Antônio Luciano da Costa	30/04/2016 - 31/12/2016	n.a.	n.a.	n.a.
Danilo Achilles Savassi	30/04/2016 - 31/12/2016	n.a.	n.a.	n.a.

12.7. Composição dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável, pois a Companhia não possui comitês estatutários nem comitês de auditoria, de risco, financeiro ou de remuneração.

12.8. Em relação a cada pessoa que atua como membro de comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não aplicável, pois a Companhia não possui comitês estatutários nem comitês de auditoria, de risco, financeiro ou de remuneração.

12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

a. administradores do emissor

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Patrícia Campos Gomes da Silva / CPF: 958.037.426-00
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Candidata a Membro do Conselho de Administração

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã (1º grau)

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria da Graça Campos Gomes da Silva / CPF: 401.273.896-87
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Candidata a Membro do Conselho de Administração

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã (1º grau)

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Patrícia Campos Gomes da Silva / CPF: 958.037.426-00
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Candidata a Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria da Graça Campos Gomes da Silva / CPF: 401.273.896-87
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Candidata a Membro do Conselho de Administração

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã (1º grau)

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Maria da Graça Campos Gomes da Silva / CPF: 401.273.896-87 72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Candidata a Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Patrícia Campos Gomes da Silva / CPF: 958.037.426-00
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Candidata a Membro do Conselho de Administração

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã (1º grau)

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia

Não aplicável.

c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72

- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Mariza Campos Gomes da Silva / CPF: 056.610.046-05
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Filho/Mãe (1º grau)

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Patrícia Campos Gomes da Silva / CPF: 958.037.426-00
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã (1º grau)

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria da Graça Campos Gomes da Silva / CPF: 401.273.896-87
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã (1º grau)

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria Cristina Gomes da Silva / CPF: 563.631.416-72
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Marido/Esposa (1º grau)

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72

- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Mariza Campos Gomes da Silva / CPF: 056.610.046-05
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Filho/Mãe (1º grau)

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Patrícia Campos Gomes da Silva / CPF: 958.037.426-00
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã (1º grau)

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria da Graça Campos Gomes da Silva / CPF: 401.273.896-87
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã (1º grau)

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria Cristina Gomes da Silva / CPF: 563.631.416-72
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Marido/Esposa (1º grau)

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Mariza Campos Gomes da Silva / CPF: 056.610.046-05

- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia Tecidos Santanense / CNPJ: 21.255.567/0001-89
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controlador indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Mãe/Filho (1º grau)

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Mariza Campos Gomes da Silva / CPF: 056.610.046-05
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia Tecidos Santanense / CNPJ: 21.255.567/0001-89
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Patrícia Campos Gomes da Silva / CPF: 958.037.426-00
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Mãe/Filha (1º grau)

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Mariza Campos Gomes da Silva / CPF: 056.610.046-05
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia Tecidos Santanense / CNPJ: 21.255.567/0001-89
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria da Graça Campos Gomes da Silva / CPF: 401.273.896-87
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Mãe/Filha (1º grau)

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Patrícia Campos Gomes da Silva / CPF: 958.037.426-00
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia Tecidos Santanense / CNPJ: 21.255.567/0001-89
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controlador indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Irmã/Irmão (1º grau)

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Patrícia Campos Gomes da Silva / CPF: 958.037.426-00

- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia Tecidos Santanense / CNPJ: 21.255.567/0001-89
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Mariza Campos Gomes da Silva / CPF: 056.610.046-05
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Filha/Mãe (1º grau)

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Patrícia Campos Gomes da Silva / CPF: 958.037.426-00
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia Tecidos Santanense / CNPJ: 21.255.567/0001-89
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria da Graça Campos Gomes da Silva / CPF: 401.273.896-87
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Irmã/Irmã (1º grau)

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Maria da Graça Campos Gomes da Silva / CPF: 401.273.896-87
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia Tecidos Santanense / CNPJ: 21.255.567/0001-89
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controlador indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Irmã/Irmão (1º grau)

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Maria da Graça Campos Gomes da Silva / CPF: 401.273.896-87
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia Tecidos Santanense / CNPJ: 21.255.567/0001-89
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Mariza Campos Gomes da Silva / CPF: 056.610.046-05
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Filha/Mãe (1º grau)

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Maria da Graça Campos Gomes da Silva / CPF: 401.273.896-87

- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia Tecidos Santanense / CNPJ: 21.255.567/0001-89
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Patrícia Campos Gomes da Silva / CPF: 958.037.426-00
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Controladora indireta da Companhia

Tipo de parentesco: Irmã/Irmã (1º grau)

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Mariza Campos Gomes da Silva / CPF: 056.610.046-05
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Wembley S.A. / CNPJ: 25.329.319/0001-96
- Cargo: Vice presidente do Conselho de Administração e Vice Presidente

Tipo de parentesco: Filho/Mãe (1º grau)

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Patrícia Campos Gomes da Silva / CPF: 958.037.426-00
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Wembley S.A. / CNPJ: 25.329.319/0001-96
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã (1º grau)

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria da Graça Campos Gomes da Silva / CPF: 401.273.896-87
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Wembley S.A. / CNPJ: 25.329.319/0001-96
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Tipo de parentesco: Irmão/Irmã (1º grau)

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72

- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome: Maria Cristina Gomes da Silva / CPF: 563.631.416-72
- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Wembley S.A. / CNPJ: 25.329.319/0001-96
- Cargo: Membro do Conselho de Administração

Tipo de parentesco: Marido/Esposa (1º grau)

12.10. Existência de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros, nos três últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- e. Sociedade controla, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social**

Para os três últimos exercícios sociais:

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Springs Global Participações S.A. / CNPJ: 07.718.269/0001-57
- Cargo: Diretor Presidente e Membro do Conselho de Administração

Tipo de pessoa relacionada: controlada direta

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Companhia de Tecidos Santanense/ CNPJ: 21.255.567/0001-89
- Cargo: Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Tipo de pessoa relacionada: controlada indireta

Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2014 apenas.

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome empresarial da Companhia ou controlada: AMMO Varejo Ltda. / CNPJ: 03.494.776/0001-01
- Cargo: Diretor Presidente

Tipo de pessoa relacionada: controlada indireta

f. Controlador direto ou indireto do emissor

Para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015, em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2017.

Administradores do emissor ou controlada:

- Nome: Josué Christiano Gomes da Silva / CPF: 493.795.776-72
- Nome empresarial do emissor ou controlada: Companhia de Tecidos Norte de Minas Coteminas / CNPJ: 22.677.520/0001-76
- Cargo: Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada:

- Nome empresarial da Companhia ou controlada: Wembley S.A. / CNPJ: 25.329.319/0001-96
- Cargo: Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Tipo de pessoa relacionada: controlador direto

g. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladas ou controladas dessas pessoas

Não aplicável

**COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS –
COTEMINAS**

CNPJ/MF Nº 22.677.520/0001-76
NIRE 31.3.003.731.2

ANEXO IV

Item 13 do Formulário de Referência

Remuneração dos Administradores

REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES

Propor à apreciação da Assembleia Geral Ordinária o valor anual de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) distribuídos da seguinte forma:

Conselho Fiscal - R\$249.230,77

Conselho de Administração – R\$332.307,69

Diretoria - R\$2.418.461,54

Montes Claros-MG, 29 de março de 2018.

João Batista da Cunha Bomfim
Diretor de relações com investidor

13. Remuneração dos administradores

13.1. Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

A Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas (“Companhia”) e suas controladas adotam uma política de remuneração única que estabelece as diretrizes a serem observadas quanto à remuneração do pessoal-chave da sua administração.

Constitui pessoal-chave da administração da Companhia e suas controladas, para fins da Política, os membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária (“diretoria”) e do conselho fiscal (“Pessoal-Chave da Administração”).

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A Política de Remuneração tem como objetivo principal alinhar os interesses do Pessoal-Chave da Administração aos da Companhia e suas controladas, atribuindo uma remuneração total compatível com as observadas nos mercados de atuação, contribuindo não apenas para estimular, atrair e reter profissionais qualificados para o desempenho de suas funções, mas também para a geração de valor aos acionistas.

b. composição da remuneração

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração do Pessoal-Chave da Administração da Companhia é constituída pelos seguintes componentes: (a) remuneração fixa e (b) remuneração variável.

(a) Remuneração fixa;

A remuneração fixa do Pessoal-Chave da Administração compõe parcela da remuneração ordinária e é estabelecida com base nas responsabilidades e atribuições do cargo, de acordo com as melhores práticas de mercado adotadas por empresas dos mesmos setores de atuação da Companhia, empresas de capital aberto de porte e características semelhantes ou que possuam estratégias de remuneração total similares às da Companhia.

Os membros do conselho fiscal e de administração podem receber até 12 salários; para os demais membros da administração (diretoria estatutária e não estatutária), adicionalmente aos 12 salários anuais a Companhia também oferece o décimo terceiro salário nos moldes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

(b) Remuneração variável;

Parcela do Pessoal-Chave da Administração é elegível a remuneração variável ordinária, representada por honorários complementares, pagos na forma de bônus anuais, visando promover o maior interesse e alinhamento de seus objetivos com os da Companhia. Os montantes atribuídos resultam de processo de avaliação realizado com base em metas estabelecidas em contratos de gestão.

ii. proporção de cada elemento na remuneração total

Exercício Social findo em 31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa anual	100%	100%	100%	100%
Remuneração variável	0%	0%	0%	0%
Outros benefícios / remunerações	0%	0%	0%	0%
Total da remuneração	100%	100%	100%	100%

Exercício Social findo em 31/12/2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa anual	100%	68%	100%	74%
Remuneração variável	0%	32%	0%	26%
Outros benefícios / remunerações	0%	0%	0%	0%

Total da remuneração	100%	100%	100%	100%
-----------------------------	------	------	------	------

Exercício Social findo em 31/12/2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração fixa anual	100%	77%	100%	81%
Remuneração variável	0%	23%	0%	19%
Outros benefícios / remunerações	0%	0%	0%	0%
Total da remuneração	100%	100%	100%	100%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

(a) Remuneração fixa;

O montante atribuído como remuneração fixa ordinária ao Pessoal-Chave da Administração pode, a critério do conselho de administração, ser atualizado monetariamente e revisto periodicamente para adequar-se às melhores práticas de mercado.

(b) Remuneração variável;

Os montantes atribuídos como remuneração ordinária variável resultam de processo de avaliação realizado com base em metas estabelecidas em comum acordo, em processo de aprovação orçamentária.

A parcela de remuneração variável, acrescida da parcela de remuneração fixa, constitui a remuneração ordinária total atribuída ao Pessoal-Chave da Administração.

iv. razões que justificam a composição da remuneração:

A remuneração atribuída ao Pessoal-Chave da Administração visa reconhecer as responsabilidades do cargo de cada participante e as práticas de mercado. Em relação à remuneração atribuída aos membros da diretoria, a proporção dos respectivos componentes tem por objetivo promover o alinhamento de seus interesses aos da Companhia, tanto no médio quanto no longo prazo, contribuindo para a geração de valor aos acionistas.

v. existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para este fato.

Não aplicável

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os componentes da remuneração atribuída ao Pessoal-Chave da Administração são baseados em indicadores de desempenho financeiro, operacional e de geração de caixa.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A evolução dos indicadores de desempenho é refletida na parcela variável da remuneração atribuída aos membros da diretoria da Companhia. Os montantes relativos a tal parcela resultam de processo de avaliação realizado com base em metas estabelecidas em quando da aprovação do orçamento da Companhia, avaliados anualmente pelos órgãos da administração.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A Política de Remuneração alinha os interesses da Companhia aos do Pessoal-Chave da Administração ao atribuir uma remuneração total e respectivos componentes compatíveis com as melhores práticas observadas nos mercados de atuação da Companhia e seus objetivos de curto, médio e longo prazos, bem como de geração de valor para os acionistas.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Os membros da diretoria e alguns membros do conselho de administração da Companhia exercem mandato concomitante em sociedades controladas, como também nas sociedades que detêm o controle direto ou indireto da Companhia. As parcelas relativas aos montantes da remuneração atribuída pela Companhia a seus administradores, bem como os montantes atribuídos a tais administradores pelas controladas e controladores diretos e indiretos e a remuneração consolidada atribuída ao Pessoal-Chave da Administração, são informados no item 13.15 deste documento.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há previsão de remuneração ou benefícios vinculados a ocorrência de eventos societários da Companhia, suas controladas e seus controladores.

13.2. Remuneração do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Exercício Social corrente 31/12/2018 - Prevista (Em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	2,00	3,00	
Nº de membros remunerados	7,00	2,00	3,00	
Remuneração fixa anual	332.307,69	1.956.923,08	249.230,77	2.538.461,54
Salário ou pró-labore	332.307,69	1.956.923,08	249.230,77	2.538.461,54
Benefícios direto e indireto				
Participações em comitês				
Outros				
Remuneração variável		461.538,46		461.538,46
Bônus		461.538,46		461.538,46
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Outros benefícios / remunerações				
Pós-emprego				
Cessação do cargo				
Baseada em ações, incluindo opções				
Total da remuneração	332.307,69	2.418.461,54	249.230,77	3.000.000,00

* Valores ainda não definidos que serão reconhecidos no resultado do emissor.

Exercício Social findo em 31/12/2017 (Em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	2,00	3,00	12,00
Nº de membros remunerados	7,00	2,00	2,75	11,75
Remuneração fixa anual	252.000,00	1.228.836,00	198.000,00	1.678.836,00
Salário ou pró-labore	252.000,00	1.228.836,00	198.000,00	1.678.836,00
Benefícios direto e indireto				
Participações em comitês				
Outros				
Remuneração variável	0	0,00	0	0
Bônus				0,00
Participação de resultados				0,00
Participação em reuniões				0,00
Comissões				0,00
Outros				0,00
Outros benefícios / remunerações	0	0	0	0
Pós-emprego				0,00
Cessação do cargo				0,00
Baseada em ações, incluindo opções				0,00

Total da remuneração	252.000,00	1.228.836,00	198.000,00	1.678.836,00
-----------------------------	-------------------	---------------------	-------------------	---------------------

Exercício Social findo em 31/12/2016 (Em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,33	2,00	3,00	12,33
Nº de membros remunerados	6,00	2,00	3,00	11,00
Remuneração fixa anual	216.000,00	1.192.817,00	216.000,00	1.624.817,00
Salário ou pró-labore	216.000,00	1.192.817,00	216.000,00	1.624.817,00
Benefícios direto e indireto				
Participações em comitês				
Outros				
Remuneração variável	0	565.920,00	0	565920
Bônus		565.920,00		565.920,00
Participação de resultados				0,00
Participação em reuniões				0,00
Comissões				0,00
Outros				0,00
Outros benefícios / remunerações	0	0	0	0
Pós-emprego				0,00
Cessaç�o do cargo				0,00
Baseada em a�oes, incluindo op�oes				0,00
Total da remunera�o	216.000,00	1.758.737,00	216.000,00	2.190.737,00

Exercício Social findo em 31/12/2015 (Em Reais)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,67	2,00	3,00	12,67
Nº de membros remunerados	5,67	2,00	3,00	10,67
Remuneração fixa anual	180.000,00	1.246.000,00	180.000,00	1.606.000,00
Salário ou pró-labore	180.000,00	1.246.000,00	180.000,00	1.606.000,00
Benefícios direto e indireto				
Participações em comitês				
Outros				
Remuneração variável	0	377.000,00	0	377.000,00
Bônus		377.000,00		377.000,00
Participação de resultados				0,00
Participação em reuniões				0,00
Comissões				0,00
Outros				0,00
Outros benefícios / remunerações	0	0	0	0
Pós-emprego				0,00
Cessaç�o do cargo				0,00
Baseada em a�oes, incluindo op�oes				0,00
Total da remunera�o	180.000,00	1.623.000,00	180.000,00	1.983.000,00

Memória de cálculo de número de membros de cada orgão

Exercício Social findo em 31/12/2017 (Em Reais)	Número Total de Membros			Número Total de Membros Remunerados		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	7	2	3	7	2	2
Fevereiro	7	2	3	7	2	2
Março	7	2	3	7	2	2
Abril	7	2	3	7	2	3
Maiο	7	2	3	7	2	3
Junho	7	2	3	7	2	3
Julho	7	2	3	7	2	3

Agosto	7	2	3	7	2	3
Setembro	7	2	3	7	2	3
Outubro	7	2	3	7	2	3
Novembro	7	2	3	7	2	3
Dezembro	7	2	3	7	2	3
Total	84	24	36	84	24	33
<i>No de membros</i>	7,00	2,00	3,00	7,00	2,00	2,75

Exercício Social findo em 31/12/2016 (Em Reais)	Número Total de Membros			Número Total de Membros Remunerados		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	8	2	3	6	2	3
Fevereiro	8	2	3	6	2	3
Março	8	2	3	6	2	3
Abril	8	2	3	6	2	3
Maio	7	2	3	6	2	3
Junho	7	2	3	6	2	3
Julho	7	2	3	6	2	3
Agosto	7	2	3	6	2	3
Setembro	7	2	3	6	2	3
Outubro	7	2	3	6	2	3
Novembro	7	2	3	6	2	3
Dezembro	7	2	3	6	2	3
Total	88	24	36	72	24	36
<i>No de membros</i>	7,33	2,00	3,00	6,00	2,00	3,00

Exercício Social findo em 31/12/2015 (Em Reais)	Número Total de Membros			Número Total de Membros Remunerados		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Janeiro	7	2	3	5	2	3
Fevereiro	7	2	3	5	2	3
Março	7	2	3	5	2	3
Abril	7	2	3	5	2	3
Maio	8	2	3	6	2	3
Junho	8	2	3	6	2	3
Julho	8	2	3	6	2	3
Agosto	8	2	3	6	2	3
Setembro	8	2	3	6	2	3
Outubro	8	2	3	6	2	3
Novembro	8	2	3	6	2	3
Dezembro	8	2	3	6	2	3
Total	92	24	36	68	24	36
<i>No de membros</i>	7,67	2,00	3,00	5,67	2,00	3,00

13.3 Remuneração variável no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

Exercício Social corrente 31/12/2018 - Prevista (Em R\$ mil)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	2		
Nº de membros remunerados	7	2		
Em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração			-	0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		840		840
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		462		461,53846
iii. valor efetivamente reconhecido		n.a.		0

Em relação a participação nos resultados

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0
iii. valor efetivamente reconhecido	n.a.	0

(*) Valores ainda não definidos.

Exercício Social findo em 31/12/2017 (Em R\$ mil)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7.00	2.00	3.00	12.00
Nº de membros remunerados	7.00	2.00	2.75	11.75
Em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		84		84
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		840		840
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		840		840
iii. valor efetivamente reconhecido		-		0
Em relação a participação nos resultados				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		-		0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		-		0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		-		0
iii. valor efetivamente reconhecido		-		0

Exercício Social findo em 31/12/2016 (Em R\$ mil)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,33	2,00	3,00	12,33
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	11,00
Em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		84		84
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		840		840
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		840		840
iii. valor efetivamente reconhecido		566		565,92
Em relação a participação nos resultados				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		-		0
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração		-		0
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		-		0
iii. valor efetivamente reconhecido		-		0

Exercício Social findo em 31/12/2015 (Em R\$ mil)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,67	2,00	3,00	12,67
Nº de membros remunerados	0,00	2,00	0,00	2,00
Em relação ao bônus				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração		84		84

ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	840	840
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	840	840
iii. valor efetivamente reconhecido	377	377
Em relação a participação nos resultados		
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-
iii. valor efetivamente reconhecido	-	-

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

A controlada indireta Springs Global U.S. Inc. (“SGUS”) administrava plano de opções de compra de ações, o qual foi convertido, em 24 de janeiro de 2006, em um plano equivalente, porém com ações da controlada Springs Global. Naquela data, o plano de ações da controlada SGUS deixou de existir.

Das opções de ações emitidas pela Springs Global, 175.000 tinham direito a valorização (*appreciation right*). Em 31 de dezembro de 2017, nenhuma ação tinha direito a valorização. O direito à valorização permitia ao beneficiário receber, para cada opção exercida, um pagamento em dinheiro (ou as ações da Springs Global, se o funcionário ainda estiver empregado na controlada SGUS, na data do exercício) no valor igual à diferença entre o valor justo de mercado da ação da Springs Global, como definido no plano, e o preço exercido da opção. Durante o ano, a Companhia efetuou avaliação do valor justo dessas opções o que resultou em nenhum passivo a ser reconhecido.

Até a presente data, não há previsão de remuneração baseada em ações e nos três últimos exercícios nenhum executivo da Companhia e suas controladas teve remuneração baseada em ações.

13.5 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não houve remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais, como também não há previsão para o exercício a se encerrar em 31 de dezembro de 2018.

13.6 Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Não há opções em aberto para quaisquer membros do órgão da administração da Companhia e suas controladas.

13.7 Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos três últimos exercícios sociais

Não houve opções exercidas ou ações entregues relativas à remuneração baseada em ações nos últimos três exercícios sociais.

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável.

13.9 Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus

controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Valores mobiliários detidos por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal emitidos pela Companhia	
	Quantidade de ações ¹
Emissor	
Conselho de administração	36.449
Diretoria estatutária	-
Conselho fiscal	-
Controlador Direto – Wembley S.A	
Conselho de administração	113.353
Diretoria estatutária	-
Conselho fiscal	-
Controlada Direta – Springs Global Participações S.A.	
Conselho de administração	36.449
Diretoria estatutária	-
Conselho fiscal	-
Controlador – Companhia de Tecidos Norte de Minas	

¹ Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo Administrador ocupe cargo na Diretoria e no Conselho de Administração, as ações que tal Administrador detém estão computadas apenas no Conselho de Administração.

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Nenhum membro do conselho de administração ou da diretoria estatutária possuem planos de previdência em vigor, que sejam custeados pela Companhia.

13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração (em R\$, exceto número de Administradores)	Exercício social findo em		
	12/31/2015	12/31/2016	12/31/2017
Conselho de Administração			
Número total de membros	7.67	7.33	7.00
Número de membros remunerados	5.67	6.00	7.00
Valor da maior remuneração individual	36,000.00	36,000.00	36,000.00
Valor da menor remuneração individual	36,000.00	36,000.00	36,000.00
Valor médio da remuneração individual	31,764.71	36,000.00	36,000.00
Observação: Para cálculo de remuneração mínima, considera apenas membros do Conselho que permaneceram no cargo por 12 meses			
Diretoria Estatutária			
Número total de membros	2.00	2.00	2.00
Número de membros remunerados	2.00	2.00	2.00
Valor da maior remuneração individual	1,035,000.00	1,166,051.00	723,131.00
Valor da menor remuneração individual	588,000.00	592,685.00	505,705.00
Valor médio da remuneração individual	811,500.00	879,368.50	614,418.00
Observação			
Conselho Fiscal			
Número total de membros	3.00	3.00	3.00
Número de membros remunerados	3.00	3.00	2.75

Valor da maior remuneração individual	60,000.00	72,000.00	72,000.00
Valor da menor remuneração individual	60,000.00	72,000.00	72,000.00
Valor médio da remuneração individual	60,000.00	72,000.00	72,000.00

13.12 Descrição de arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as conseqüências financeiras para o emissor.

Não há arranjos contratuais ou apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Percentual total da remuneração de cada órgão reconhecido no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Nenhum membro do conselho de administração, conselho fiscal ou diretoria que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos foi reconhecido, devido ou pago pelo emissor.

13.14 Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não há.

13.15 Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não há valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de administradores recebida em função do exercício do cargo no emissor.

13.16 Outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.

COMPANHIA DE TECIDOS NORTE DE MINAS – COTEMINAS
CNPJ nº 22.677.520/0001-76 - NIRE 3130003731-2
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convidados os Senhores Acionistas da Companhia de Tecidos Norte de Minas - COTEMINAS (“Companhia”) para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada às 12:00 horas do dia 30 de abril de 2018, na sede social da Companhia, localizada na cidade de cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na Avenida Lincoln Alves dos Santos, 955, Distrito Industrial, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017;
- b) Examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017;
- c) Definir o número e eleger os membros que irão compor o Conselho de Administração, e estabelecer o limite da remuneração dos administradores da Companhia; e,
- d) Eleger os membros do Conselho Fiscal e fixar sua remuneração.

Informações Gerais:

Os documentos e informações pertinentes às matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral e os demais previstos na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, foram apresentados à Comissão de Valores Mobiliários, por meio do Sistema Empresas.NET, nos termos do art. 6º da referida Instrução, e encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.ctnm.com.br), e nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.bmfbovespa.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

Observamos que nos termos do art. 3º da Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, e do art. 141, § 1º, da Lei 6.404/76, o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia, necessário à requisição da adoção do voto múltiplo para eleição de membro do Conselho de Administração, é de 5% (cinco por cento) e sua requisição deverá ser realizada pelos acionistas em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia.

O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia munido de documento que comprove sua identidade.

Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da – B3 S.A. –Brasil, Bolsa, Balcão que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar extrato atualizado de sua posição acionária fornecido pela instituição custodiante no período de 48 horas antecedentes à sua realização.

Solicita-se que os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia Geral a que se refere o presente edital sejam depositados, na sede da Companhia, no Departamento de Relações com Investidores, até 24 de abril de 2018.

A Companhia adotará o sistema de votação à distância, nos termos da Instrução nº 481, da CVM, permitindo-se, assim que seus acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia das ações da Companhia ou, ainda, diretamente à Companhia, conforme orientação lançadas na Proposta da Administração.

Montes Claros-MG, 29 de março de 2018.

Josué Christiano Gomes da Silva
Conselho de Administração